

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) M.D. PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.**

Ref.: *Pregão Eletrônico nº 90026/2024*

A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o n. 07.738.828/0001-90, com endereço à Rua Cyridião Durval, S/N, Térreo, Pernambués, Salvador/BA, CEP n. 41100-720, neste ato, representada por seu administrador, autorizada pelo Contrato Social anexo, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal e com fulcro no artigo 109, I, e seguintes da Lei 14.133/2021, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a r. decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada e vencedora do certame a licitante **ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA**, nos termos a seguir expostos:

**1. DOS FATOS E DA FRAUDE LICITATÓRIA COMETIDA PELA EMPRESA
ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. DECLARAÇÃO FALSA ACERCA
DO CUMPRIMENTO DA COTA DE APRENDIZAGEM.**

Trata-se de razões de Recurso Administrativo interposto no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024, documento n.º 3013037, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia – que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos (uniformes, EPIS e equipamentos) necessários à execução dos serviços.

No âmbito do certame licitatório iniciado em **25 de setembro de 2024**, foi exigido das empresas participantes o cumprimento da cota de aprendizagem prevista no art. 429 da CLT¹ e Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), em conformidade com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021² e, sobretudo, em estrito cumprimento da exigência contida no Dispositivo 12.1.1, alínea “e)”, e Dispositivo 12.1.1.1 do edital do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024, que assim dispõe:

12.1.1. Será verificado se a licitante apresentou por ocasião do envio da proposta, por meio do campo próprio do sistema, a seguinte documentação:

e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para **aprendiz**, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

12.1.1.1 A licitante **responderá pela veracidade das informações contidas nas declarações apresentadas**, na forma da lei, devendo manter durante a execução do contrato o cumprimento das condições habilitatórias, sob pena de extinção do contrato.

Como se sabe, na forma do art. 9º da Instrução Normativa nº 146/2018, para “*fins de comprovação da regularidade no cumprimento da cota de aprendizagem, será emitida a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE)*”. Todavia, constatou-se que, à época da abertura do certame, a referida empresa não cumpria a cota mínima de contratação de jovens aprendizizes, exigência expressa do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, mas declarou no sistema do certame que estava cumprindo a cota, configurando fato grave, ela declarou falsamente que cumpria com as cotas de aprendizagem na época da avaliação dos requisitos de participação no certame (subitens 2.4 e 2.5 do Edital), fato que foi denunciado há época pela recorrente com a juntada de certidão da ALFORGE atestando o descumprimento e a falsidade da declaração para participação no certame. Ora,

¹ **Art. 429.** Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

² **Art. 92.** São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: (...) **XVII** - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

sucedeu-se que a empresa ALFORGE apresentou declaração sabidamente falsa em campo próprio, perante os presentes na sessão pública exordial, dizendo que que cumpria com a cota de jovem aprendiz.

Tal declaração é comprovadamente falsa pois na data da sessão pública, bem como por mais de 70 (setenta) dias após a abertura do certame, pôde-se verificar através das respectivas certidões emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Secretaria de Inspeção do Trabalho) que a referida empresa ALFORGE constava o status de INFERIOR, demonstrando que a mesma não cumpria com a cota, conforme é facilmente vislumbrado das certidões anexas. Por todas, veja-se a certidão da data da sessão pública.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA
CNPJ: 13.343.833/0004-40
CERTIDÃO EMITIDA em 25/09/2024, às 08:22:21

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 21/09/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

Convém ressaltar que neste sentido, a empresa **ALFORGE incorreu na mesma prática ilícita detectada na empresa CEB SEGURANÇA LTDA.**, que foi objeto de recursos simultâneos após a mesma ter sido habilitada em primeiro lugar, **conduzindo à sua desclassificação por força da decisão administrativa nº 3123998/2024 - PRE/DG/ASSED**, no âmbito do Processo Administrativo 0018116-97.2022.6.05.8000. Segue trecho relevante do dispositivo do *decisum*:

[...] considerando o não atendimento à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz e na Lei 14.133/2021, consubstanciado na manifestação da empresa admitindo o descumprimento do comando legal, conforme contrarrazões apresentadas, e consoante evidenciado na Certidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, documento n.º 3105171, p. 17-18, **determinar a desclassificação da empresa CEB SEGURANÇA LTDA. do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024. Também, em razão da apresentação de declaração falsa no Pregão, deverá ser**

apurada a conduta da licitante, na forma do art. 155, VIII, da Lei 14.133/2021.

A Recorrente surpreendeu-se, portanto, que mesmo após denúncia formalizada para o Ilmo. Pregoeiro noticiando a declaração falsa da ALFORGE, o certame prosseguiu como se nada tivesse acontecido e a empresa ALFORGE foi habilitada e declarada vencedora, mesmo após demonstrado que cometeu FRAUDE LICITATÓRIA, uma vez que a veracidade dos documentos apresentados é requisito essencial para a habilitação.

Assim a licitante ALFORGE nem direito a convocação para apresentar proposta, documentos de habilitação e etc... teria, haja vista nem participar deste certame, poderia. Evidentemente que, por dedução lógica, essa declaração não é somente um documento de habilitação, pois também faz parte das condições de participação.

O Ilmo. Pregoeiro, em erro grave, trata a questão como um simples ato de verificação de cumprimento de exigência, e não como falseamento que infringe múltiplos dispositivos legais e do edital que preveem a pena de desclassificação; declaração falsa que deve ter como consequência, inclusive a apuração para fins de sanções criminais. Destacamos da decisão do Ilmo. Pregoeiro:

Mensagem do Pregoeiro

Declaramos, portanto, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA habilitada ao item do pregão e vencedora do certame.

Enviada em 18/12/2024 às 15:25:18h

Mensagem do Pregoeiro

Entendemos, portanto, que não há o que se falar em favorecimento, uma vez que a situação posta decorre dos trâmites previstos na norma.

Enviada em 18/12/2024 às 15:23:57h

Mensagem do Pregoeiro

O momento de verificação da documentação das empresas é após o exame das propostas.

Enviada em 18/12/2024 às 15:23:49h

Mensagem do Pregoeiro

Considerando que, conforme previsão legal, o envio dos documentos de habilitação será exigido da licitante detentora da melhor oferta apenas após a aceitação da sua proposta, não há como se verificar qual a situação da empresa antes da fase habilitatória.

Enviada em 18/12/2024 às 15:23:31h

Ao declarar vencedora uma empresa que tal como a desclassificada CEB, igualmente infringiu o disposto no edital e na legislação pertinente, o condutor do certame feriu os princípios da legalidade, moralidade, isonomia e igualdade de condições entre os licitantes.

2. DA IMPOSSIBILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PREMIAR FRAUDADORA DA LICITAÇÃO. SANÇÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO PREVISTA EM LEI. VIOLAÇÃO GRAVE DA ISONOMIA E PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME.

De proêmio, é importante salientar que prestar declaração sabidamente falsa em certame público não é ato trivial, mas sim ato ilícito que causa prejuízos à Administração e aos demais concorrentes do certame, fato jurídico que arraiga como consequência, inclusive, a apuração para fins de sanções criminais, veja-se:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Sem embargo, o que se desnuda como mais fundamental no caso é que **a Lei nº 14.133/2021 é peremptória ao determinar a previsão de pena de DESCLASSIFICAÇÃO para quem se utiliza de informações falsas para participar do certame.** Veja-se:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: [...]

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Além disso, o **item 17.2.a** do edital, em consonância com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, prevê que será **declarada inidônea** a empresa que **apresentar declaração ou documentação falsa** exigida para o certame, sujeitando-se às sanções previstas, inclusive o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por período de 3 a 6 anos.

Igualmente, o próprio edital prevê o sancionamento no Dispositivo 12.1.1.1³, conforme já citado alhures no tópico anterior, determinando a extinção do contrato da empresa fraudadora. Se a pena máxima de extinção do contrato atinge o contratado por declaração falso, *ipso facto* a desclassificação – PENA PREVISTA EM LEI FEDERAL – deve se aplicar ao licitante, que jamais poderia ser habilitado e declarado vencedor após a denúncia de sua fraude licitatória!

Demais disto, o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, o **princípio da moralidade**, o **princípio da observância da segurança jurídica**, o **princípio da igualdade** e o **princípio da competitividade**, previstos no artigo 5º, inciso II, da mesma lei, são normas vinculantes que balizam todo o processo licitatório e que, *in casu*, foram feridas pela leniência estendida à empresa ALFORGE:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da **moralidade**, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da **probidade administrativa**, da **igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da **segurança jurídica**, da razoabilidade, da **competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Tudo isto exigia do Ilmo. Pregoeiro, como ainda exige deste Exmo. Órgão Julgador, conduta diversa da leniência estendida à empresa ALFORGE, já que a Administração não pode deixar de tomar as providências necessárias para sancionar a empresa

³ **12.1.1.1** A licitante **responderá pela veracidade das informações contidas nas declarações apresentadas**, na forma da lei, devendo manter durante a execução do contrato o cumprimento das condições habilitatórias, **sob pena de extinção do contrato**.

ALFORGE, que sabidamente prestou declaração falsa no certame. Assim dispõe o art. 9.º da Lei nº 14.133/2021, vedando aos agentes públicos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

É indubitável que a falsidade de declarações enseja a desclassificação do licitante. **A regularização posterior não convalida a ilegalidade, conforme o princípio do TEMPUS REGIT ACTUM, que determina que os atos administrativos sejam avaliados conforme a situação vigente no momento de sua prática.**

Assim sendo, é de se considerar que o falseamento das condições da empresa de se adequar ao edital se amoldam ao tempo da sua declaração, e, portanto, não poderia ser convalidado, **sendo a declaração falsa prestada no intuito de burlar as regras do certame, por natureza, INSANÁVEL**, na forma do art. 59 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Interpretar de forma diversa é transformar em letra morta todos os dispositivos sancionadores da fraude licitatória por declarações falsas.

Ademais, a permanência da empresa ALFORGE no certame e sua consequente declaração como **vencedora afrontam o princípio da isonomia**, previsto no art. 5º e art. 37 da Constituição Federal.

Não é possível que a empresa ALFORGE possa se beneficiar da leniência diante de declaração falsa e um *headstart* de 70 (setenta) dias para regularizar situação que sua concorrente, já de pronto, cumpria a regra do edital na abertura do certame.

A jurisprudência pátria é ciosa deste tipo de prática, e vem considerando a declaração falsa como necessariamente conducente à desclassificação do certame, salvo diante de comprovada escusa:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ

REsp 1.453.679/RS. LICITAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO FALSA. PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E DA ISONOMIA. VÍCIO INSANÁVEL.

"A apresentação de declaração ou documentação falsa por licitante viola os princípios da moralidade e isonomia, configurando vício insanável e ensejando a sua desclassificação do certame, independentemente de prejuízo concreto à Administração Pública."

Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 20/10/2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

LICITAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO INVERÍDICA. DESCLASSIFICAÇÃO.

"A apresentação de documentos ou declarações inverídicas no âmbito de licitações públicas constitui vício insanável, justificando a desclassificação do licitante e a aplicação de penalidades, em respeito aos princípios da moralidade e da legalidade."

Acórdão 1.969/2017 – Plenário

Apelação Cível 2003.38.00.048111-6/MG. LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO FALSA. VÍCIO INSANÁVEL. DESCLASSIFICAÇÃO.

"A falsidade documental detectada durante o procedimento licitatório caracteriza vício insanável, ensejando a desclassificação do licitante e a possibilidade de aplicação de sanções administrativas."

Rel. Des. Fed. Souza Prudente, 4ª Turma, julgado em 10/11/2009, DJe 24/11/2009.

A tolerância da Administração quanto a essa prática é **quebra de isonomia**. Permitir que a empresa ALFORGE, que infringiu a lei adjetiva federal e o edital, apresentando declaração falsa, seja premiada com a vitória no certame, gera grave desequilíbrio competitivo e compromete a credibilidade do processo licitatório – vulnerando-o, inclusive, a questionamento judicial com vistas à sua anulação.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer-se a este Exmo. Órgão Julgador que:

- a) A desclassificação da empresa ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.** no Pregão Eletrônico nº 90026/2024, em razão da **declaração falsa** apresentada sobre o cumprimento da cota de aprendizes, conforme item **12.1.1.1** do edital.
- b) A aplicação das sanções previstas no item 17.2.a do edital**, declarando a empresa **inidônea para licitar e contratar** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo mínimo de 3 anos, em conformidade com o § 5º do artigo 156 da **Lei nº 14.133/2021**.
- c) A extinção do contrato**, caso já tenha sido celebrado, em virtude do descumprimento das condições habilitatórias impostas pela legislação e pelo edital.

Caso este Exmo. Órgão Julgador opte por manter a empresa fraudadora impune,
**REQUER-SE, com fulcro no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja
remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.**

Pede deferimento,

Salvador/BA, 20 de dezembro de 2024.

JOAO RICARDO
DE
OLIVEIRA:861036
28504

Assinado de forma digital
por JOAO RICARDO DE
OLIVEIRA:86103628504
Dados: 2024.12.20
15:03:45 -03'00'

A.V.I. SERVICOS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ sob o nº 07.738.828/0001-90

JOÃO RICARDO DE OLIVEIRA

CPF/MF sob o nº 861.036.285-04

Sócio



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 25/09/2024, às 08:22:21

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 21/09/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **XXDb4XWX8yiUKVH**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 21/09/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 21/09/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 08/10/2024, às 13:53:59

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 05/10/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **rB0y2jL3PWQc88p**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 05/10/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 05/10/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 09/10/2024, às 09:56:13

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 06/10/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **sAFkridyA1gRfRN**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 06/10/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 06/10/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 17/10/2024, às 17:36:55

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 13/10/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **szGfZZcl79odByX**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 13/10/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 13/10/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 22/10/2024, às 09:01:59

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/10/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **aqgBNPPiPLVxVj**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/10/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/10/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 11/11/2024, às 13:59:28

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 08/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **BYBoncUdzihELVe**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 08/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 08/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 22/11/2024, às 10:22:21

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 19/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **jkYssnpIKAGxJK9**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 19/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 19/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 29/11/2024, às 13:44:39

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 26/11/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **GUKNMLELWbD0dHe**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 26/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 26/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 05/12/2024, às 13:14:13

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 02/12/2024, aprendizes em número **SUPERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **5L1fkyrnINZutwD**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 02/12/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 02/12/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.
7. Esta certidão não é válida para os estabelecimentos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e SESCOOP).



ILMO. SR. PREGOEIRO GILSON SOARES DA CONCEIÇÃO DO TRE-BA

ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.343.833/0004-40, com sede na Rua Itaju do Colônia, 146, Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-270, por seu representante legal subscrito, vem, respeitosamente, apresentar

CONTRARRAZÕES

Contra o recurso apresentado pela empresa **A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, no Pregão Eletrônico nº 90026/24, pelos motivos de fato e direito que passa a expor.

I – CONTEXTO FÁTICO.

A empresa Recorrida e a empresa Recorrente são licitantes no Pregão nº 90026/24 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral na Bahia.

Em **05/12/2024** a Recorrida foi convocada para apresentação dos documentos de habilitação exigidos no Edital e, após análise, o Ilustre Pregoeiro decidiu por habilitá-la.

Contra essa habilitação insurgiu-se a Recorrente.

Na presente peça demonstraremos a legalidade da habilitação da empresa Recorrida, uma vez que foram cumpridos os requisitos mínimos dispostos no Edital e na legislação de regência, motivo pelo qual se deve manter inalterada a decisão do Pregoeiro.

II – DA CORRETA HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA.

Em síntese, alega a Recorrente que a empresa Recorrida não deveria ter sido habilitada pois na ocasião da apresentação da proposta não teria certidão válida referente ao cumprimento da reserva legal de cargos para menores aprendizes.

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



Tal argumento não merece prosperar.

Nos termos da Lei nº 14.133/21, os objetivos do processo licitatório são:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: I - **assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto**; (...) III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; (...) Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, **com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia** (...)

Em síntese, **os requisitos legais visam a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública**, vantajosidade essa que está relacionada diretamente com o preço e à segurança quanto à qualidade da prestação de serviços objetivada.

Esclarece-se que as empresas recorrentes devem possuir o PLENO DIREITO de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão do certame licitatório, ferindo diretamente os princípios da razoabilidade, celeridade e interesse público.

Nesse sentido:

Da vinculação ao instrumento convocatório e da legislação aplicável:

A especificação da documentação a ser apresentada pelos competidores, por ocasião da habilitação, visa a selecionar aqueles que detêm, de fato, condições, ou maiores condições de executar o contrato. Assim, a documentação atinente à habilitação tem que ser adequada ao escopo do certame, considerando a especificidade de cada objeto. Faz-se necessário, claro, que o interesse público esteja acima da mera observância das disposições literais do ato convocatório. O que significa dizer que a Administração não pode se submeter à prática do rigor formalista, até porque, sem sombra de dúvida, o bom senso demonstra que o benefício da boa contratação não se acha atrelado a tal exigência, que certamente tem o condão de apenas favorecer a dinâmica administrativa dos trabalhos dos agentes de

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



contratação. Tal conduta, de todo modo, deve ser harmonizada com o dever de observância das regras editalícias, que vinculam Administração e licitantes. Obviamente que não excessivo, mas, moderado, o formalismo é necessário. Os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93 – replicados pelo art. 5º da Lei 14.133/2021 – elencam, dentre outros, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Note-se, portanto, que a previsão em edital, sendo decorrente dos princípios da Administração Pública e da própria disposição legal contida no art. 64, §1º, da Lei 14.133/2021:

12.1.1. Será verificado se a licitante apresentou por ocasião do envio da proposta, por meio do campo próprio do sistema, a seguinte documentação:

(...)

e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

O respeito ao princípio da isonomia é garantido como um dever do Pregoeiro, porquanto, sabe-se, de antemão, que o tratamento será o mesmo para todo e qualquer licitante, partindo-se da compreensão de que o objetivo maior do procedimento licitatório é a consecução do interesse público aliada à observância dos primados da isonomia e igualdade de tratamento e condições entre os participantes.

A Certidão demonstrada pela empresa, além de NÃO SER uma exigência do Edital a sua apresentação, apenas informa, como bem descrito, os dados declarados pelo empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

O licitante deve apresentar a declaração de que cumpre as EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por outro lado, sabe-se que a Administração é submetida aos princípios da legalidade e à vinculação ao instrumento convocatório.

Ademais, ao impor uma regra no instrumento editalício, a Administração tem o dever de respeitá-la e exigir o seu cumprimento por todos os licitantes, sob pena de afronta à isonomia.

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



No âmbito das licitações, regra geral, para verificação da regularidade da empresa (fiscal, trabalhista e previdenciária), a Administração apenas consulta certidões emitidas pelos órgãos competentes.

No caso da habilitação fiscal, por exemplo, a verificação do cumprimento legal se dá por meio de uma certidão expedida pelo órgão competente. A Comissão de Licitação, de maneira alguma, entra no mérito de avaliar se o débito tributário é ou não devido.

Assim, entendemos que seria inviável, na prática, transferir à Comissão de Licitação, em cada caso, a competência para decidir sobre a suficiência das medidas adotadas pelos licitantes para o cumprimento da reserva legal prevista na legislação trabalhista, nos moldes como efetuada pela a Justiça do Trabalho nos julgados citados, seja por ausência de competência legal ou conhecimento técnico para realizá-la.

Dessa forma, não cabe de forma intransigente a inabilitação por uma Certidão não exigida na Habilitação do Edital, que caberia prováveis impugnações ao mesmo.

Nesse sentido, entende a doutrina que certas formalidades devem ser afastadas, principalmente se desnecessárias ao ateste da qualificação da empresa.

Lição de Hely Lopes de Meirelles:

A orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados.

O excesso de formalismo nas contratações públicas vem sendo combatido pelos entendimentos dos tribunais pátrios, sendo entendido como grave afronta aos princípios da proposta mais vantajosa, competitividade e isonomia no certame e a razoabilidade.

O Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, já assegurou a licitante que não houvesse o seu afastamento em razão de detalhes formais:

“(…)2. Há violação ao princípio da estrita vinculação ao Edital, quando a administração cria exigência editalícia sem a observância do prescrito no §4º, art. 21, da Lei nº 8.666/93. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. **Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais.** No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial. Segurança concedida. (MS 5631-DF – Rel. Min. José Delgado).

No caso em tela, **é inequívoco que a empresa Recorrida apresentou, quando de sua convocação para anexar os documentos de habilitação, todos os documentos exigidos**

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



pelo Edital e pela legislação de regência, sendo o conteúdo deles satisfatórios.

Não é cabível a inabilitação sob os argumentos alegados pela Recorrente, que se caracterizam como excesso de formalismo, a interpretação e aplicação das regras previstas no edital devem sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se, desta forma, o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados.

Reforçando o entendimento, temos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. RIGOR E FORMALISMO EXCESSIVOS. LIMINAR DEFERIDA. CERTAME SUSPENSO. Impositiva a suspensão do certame, haja vista que a empresa recorrente demonstrou tenha a Administração Pública, ao desclassifica-la, agido com excesso de formalismo e em contrariedade aos interesses da Administração Pública, tendo em vista a vultuosa diferença de preço entre a primeira e a segunda colocada, considerando, sobretudo, que o que motivou a desclassificação da agravante não passou de mero erro passível de correção, o qual inclusive, já fora levado a efeito, sem que, nem de longe, se possa falar em favorecimento ou mesmo em violação ao princípio da isonomia. Liminar deferida. RECURSO PROVIDO. (AI 70072850498 – TJRS)

Sobre o tema, lição de Marçal Justen Filho:

Ora, a Administração necessita tanto de segurança quanto de vantajosidade em suas contratações. A finalidade da licitação é selecionar a proposta com a qualidade adequada, pelo menor preço possível. A conjugação de ambos os valores conduz à necessidade de ponderação nas exigências de habilitação. Não é correto, por isso, estabelecer soluções extremadas. É indispensável estabelecer requisitos de participação, cuja eliminação seria desastrosa. Mas tais requisitos devem ser restritos ao mínimo necessário para assegurar a obtenção de uma prestação adequadamente executada. Essa solução foi explicitamente consagrada no art. 37, XXI, da CF/1988, que determina que somente podem ser admitidos requisitos de habilitação que se configurem como os mínimos possíveis, mas sempre preservando-se a obtenção de uma contratação adequada e satisfatória. (...) Existe, portanto, uma margem de discricionariedade para a Administração configurar, em cada caso, as exigências e requisitos de participação. (...) A escolha administrativa está delimitada não apenas pela Lei como também pela própria Constituição. Existe um mandamento constitucional, no já referido art. 37, inc. XXI, da CF/88. A Constituição não admite exigências que superem ao mínimo necessário para assegurar a obtenção pela Administração de uma prestação de qualidade adequada.

No mesmo sentido, professor Joel Niebhur:

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



É no âmbito do princípio da competitividade que operam em licitação pública os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Ocorre que tais princípios oferecem os parâmetros para decidir se determinada exigência ou formalidade é compatível ou não com o princípio da competitividade. Sobretudo, deve-se atentar ao bom senso, bem como à proporção entre as exigências a serem realizadas e o objeto lícito, especialmente no momento de se definir as exigências para a habilitação.

Reforça-se, **quando da convocação para apresentação de documentos de habilitação a Recorrida juntou certidão válida que atestou o cumprimento da determinação legal e editalícia de reserva de cargos** para menores aprendizes.

Conforme bem apontado no chat do pregão, foi pontuado que a empresa Alforge Segurança atende à exigência da cota de jovem aprendiz.

Mensagem do Pregoeiro

Com relação à certidão de regularidade com a contratação de aprendizes, em consulta feita na webpage do Ministério do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>), em 10/12/2024, constatamos que a licitante empregava, em 07/12/2024, aprendizes em número SUPERIOR ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT, conforme extrato da pesquisa reproduzida abaixo:

Enviada em 10/12/2024 às 15:42:16h

Por se tratar de uma declaração online, dependente de atualizações do e-social, podem ocorrer divergências devido ao prazo de atualização do sistema.

Segue a certidão emitida na data de 27/12/2024, que informa que o percentual está superior.

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 27/12/2024, às 21:21:02

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 23/12/2024, aprendizes em número **SUPERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **qBZ5d7bT3kunwEd**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 23/12/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 23/12/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.
7. Esta certidão não é válida para os estabelecimentos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e SESCOOP).

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



Ante o exposto, considerando que o formalismo moderado é a regra, entende-se como cumpridos todos os requisitos de habilitação, motivo pelo qual deve ser mantida a higidez da decisão que habilitou a empresa Recorrida no certame em comento.

III – DOS PEDIDOS.

Ante o exposto, requer que **seja mantida a decisão que habilitou a empresa Recorrida uma vez que foram cumpridas todas as exigências de habilitação** constantes do Edital do certame e da legislação de regência aplicável ao caso.

Pede deferimento.

Lauro de Freitas/BA, 27 de dezembro de 2024.

ALFORGE

ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA
CNPJ: 13.343.833/0004-40

SEGURANÇA PATRIMONIAL

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

Trata-se de recurso administrativo (documento 3180354), interposto tempestivamente pela empresa A.V.I. SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

A A.V.I., em sua peça recursal, conforme já havia feito durante realização da sessão através de denúncia juntada aos autos através do documento 3164022, questiona o fato da ALFORGE SEGURANÇA, quando da abertura no certame, dia 25/09/2024, não cumprir com a cota mínima de contratação de jovens aprendizes, e só ter providenciado a regularização da situação após observar que a CEB SEGURANÇA LTDA foi inabilitada por esse motivo. Para comprovação do quanto alegado a A.V.I. junta novamente cópias de certidões obtidas na página eletrônica do Ministério do Trabalho, que evidenciam a situação da ALFORGE SEGURANCA ao longo dos dias, mostrando que entre 25/09/2024 a 29/11/2024 a recorrida apresentava um percentual inferior ao mínimo exigido e que apenas na consulta do dia 05/12/2024 o valor mínimo fora superado.

Em suas contrarrazões (doc. 3180401), em síntese, a ALFORGE SEGURANCA alega:

- Que a certidão apresentada pela recorrente, além de NÃO SER uma exigência do edital a sua apresentação, apenas informa os dados declarados pelo empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho;
- Que quando da convocação para apresentação de documentos de habilitação a Recorrida juntou certidão válida que atestou o cumprimento da determinação legal e editalícia de reserva de cargos para menores aprendizes;
- Que por se tratar de uma declaração online, dependente de atualizações do e-social, podem ocorrer divergências devido ao prazo de atualização do sistema.

Com relação ao assunto em tela, quando da habilitação da ALFORGE SEGURANCA, através do *chat* do sistema de compras, nos manifestamos nos seguintes termos:

"Sobre o tema, a Lei nº 14133/2021 traz:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas."

Considerando que, conforme previsão legal, o envio dos documentos de habilitação será exigido da licitante detentora da melhor oferta apenas após a aceitação da sua proposta, não há como se verificar qual a situação da empresa antes da fase habilitatória.

O momento de verificação da documentação das empresas é após o exame das propostas.

Entendemos, portanto, que não há o que se falar em favorecimento, uma vez que a situação posta decorre dos trâmites previstos na norma."

Na oportunidade, reiteramos o entendimento exposto acima, no sentido de que não há obrigatoriedade legal de se verificar, antes da aceitação da proposta, os documentos de habilitação das licitantes. Basta dizer que existem 19 empresas participando do certame, dentre as quais a recorrente, e só saberemos a situação de cada uma caso tenhamos que analisar suas propostas.

Ante o exposto, entendemos que o recurso não merece provimento, uma vez que a questão levantada não enseja a desclassificação da empresa vencedora.

É o recurso, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 28/12/2024, às 15:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3180666** e o código CRC **C87775BE**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TERMO DE JULGAMENTO

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO 90026/2024

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	BA
Objeto da compra:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia – que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos de mão de obra (uniformes, EPIS e equipamentos) necessários à execução dos serviços		
Entrega de propostas:	De 10/09/2024 às 08:00 até 25/09/2024 às 15:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 25/09/2024 às 15:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	25/09/2024 às 15:00:01	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	25/09/2024 às 15:42:17	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	25/09/2024 às 15:43:19	Prezados licitantes. Encerrada a fase competitiva, passaremos à etapa de aceitação das propostas. Continuem conectados.
Sistema	25/09/2024 às 15:59:09	Tendo em vista o prazo dado à CEB SEGURANCA LTDA BA para envio de documentos, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 30/09/2024 (segunda-feira), às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.
Sistema	30/09/2024 às 15:01:13	Boa tarde, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	30/09/2024 às 15:01:33	Certificamos que a CEB SEGURANCA LTDA encaminhou, dentro do prazo estabelecido, arquivo contendo a planilha de custos e formação de preços e demais documentos solicitados.
Sistema	30/09/2024 às 15:02:06	Estamos concluindo a análise da documentação encaminhada. Continuem conectados.
Sistema	30/09/2024 às 15:38:13	Estamos concluindo a análise da documentação encaminhada. Continuem conectados.
Sistema	30/09/2024 às 15:44:40	Após análise das planilhas enviadas pela CEB SEGURANCA LTDA não identificamos equívocos nas rubricas analisadas.
Sistema	30/09/2024 às 15:59:46	Vencida a fase de aceitação, passaremos à habilitação.
Sistema	30/09/2024 às 16:03:42	Estamos aguardando o envio dos documentos de habilitação pela CEB SEGURANCA LTDA. Continuem conectados.
Sistema	30/09/2024 às 18:02:26	Prezados licitantes.
Sistema	30/09/2024 às 18:04:35	Certificamos que a CEB SEGURANCA LTDA encaminhou, dentro do prazo estabelecido, documentos de habilitação solicitados na Seção XII do Edital (DA HABILITAÇÃO).
Sistema	30/09/2024 às 18:05:01	Para fins de análise da documentação apresentada e tendo em vista a realização das eleições municipais 2024, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 11/10/2024, às 10h00min

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/09/2024 às 18:05:01	(horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.
Sistema	11/10/2024 às 10:01:35	Bom dia, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	11/10/2024 às 10:01:51	Estamos analisando a documentação enviada pela CEB SEGURANCA LTDA para fins de habilitação. Continuem conectados.
Sistema	11/10/2024 às 10:07:07	Analisando a documentação enviada pelo CEB SEGURANCA LTDA e em consulta ao SICAF, verificamos que:
Sistema	11/10/2024 às 10:07:15	- A licitante apresentou declaração de que possui ciência do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições;
Sistema	11/10/2024 às 10:07:23	- Apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7ª da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99);
Sistema	11/10/2024 às 10:07:46	- Apresentou declaração de observância aos incisos III e V do art. 1ª e de cumprimento do inciso III do art. 5ª, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano e degradante;
Sistema	11/10/2024 às 10:08:10	- Apresentou declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na lei 8.213/91 e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da lei 14.133/2021;
Sistema	11/10/2024 às 10:08:25	- Apresentou declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
Sistema	11/10/2024 às 10:08:55	- A habilitação jurídica foi comprovada mediante a apresentação de contrato social em vigor, devidamente registrado, bem como em consulta ao relatório do SICAF, com situação válida até 22/10/2024.
Sistema	11/10/2024 às 10:09:44	- A regularidade fiscal foi também confirmada em consulta ao SCAF, com a seguintes informações:
Sistema	11/10/2024 às 10:10:35	a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com validade até 22/10/2024; b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), com validade até 25/10/2024; c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 30/03/2025; d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 01/11/2024.
Sistema	11/10/2024 às 10:10:51	- A regularidade trabalhista comprovada mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com validade até 24/03/2025.
Sistema	11/10/2024 às 10:11:16	- Foi apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência, emitida em 23/09/2024, válida por 30 dias.
Sistema	11/10/2024 às 10:11:27	Com relação à qualificação econômico-financeira da empresa, o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível apresentou evidenciou os seguintes índices: - Índices de Liquidez Geral (LG): 1,86. - Liquidez Corrente (LC): 2,07. - Solvência Geral (SG): 1,87. Todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.
Sistema	11/10/2024 às 10:11:43	- O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 9.760.548,86. Superior, portanto, a R\$ 1.110.072,93 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).
Sistema	11/10/2024 às 10:12:01	- Patrimônio Líquido de R\$ 10.429.728,18. Superior a R\$ 666.310,28 (10% do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).
Sistema	11/10/2024 às 10:13:57	- Para fins de comprovação da qualificação técnica a licitante apresentou diversos atestados, dentre os quais um emitido pela Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, referente ao período de 02/2022 a 06/2024, atestando a disponibilização de 61 postos através do contrato 38/2021.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/10/2024 às 10:14:55	- Ainda para a comprovação da qualificação técnica, a licitante apresentou diversos atestados, dentre os quais um emitido pela empresa Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), referente ao período de 24/05/2019 a 07/03/2024 (1800 dias), atestando a prestação pela CEB SEGURANÇA LTDA do serviço de Segurança Privada nas Unidades Operacionais e Administrativas da PETROBRAS sediadas no estado da Bahia.
Sistema	11/10/2024 às 10:15:05	Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:
Sistema	11/10/2024 às 10:15:20	a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php ;
Sistema	11/10/2024 às 10:15:33	b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico: https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSanciona do&direcao=asc ;
Sistema	11/10/2024 às 10:15:42	c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.
Sistema	11/10/2024 às 10:15:50	Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.
Sistema	11/10/2024 às 10:22:53	Tendo em vista o prazo dado à CEB SEGURANCA LTDA BA para manifestação, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 15/10/2024 (terça-feira), às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Bom dia a todos.
Sistema	15/10/2024 às 15:32:44	Boa tarde, senhores licitantes.
Sistema	15/10/2024 às 15:36:59	Por questões de instabilidade apresentada no comprasnet, somente agora, após várias tentativas, consegui acessar o sistema.
Sistema	15/10/2024 às 15:41:03	Para evitar que alguma licitante fique prejudicada por conta do atraso no início, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a amanhã, dia 16/10/2024, às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.
Sistema	16/10/2024 às 15:01:31	Boa tarde, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	16/10/2024 às 15:01:47	Certificamos que a CEB SEGURANCA LTDA encaminhou, dentro do prazo estabelecido, arquivo contendo manifestação sobre a alegação apresentada por outra licitante de que a CEB SEGURANCA não cumpre com a cota de contratação para jovem aprendiz, nos seguintes termos:
Sistema	16/10/2024 às 15:02:33	“1. Quanto ao suposto não cumprimento da “cota de contratação de jovem aprendiz”, temos que a Lei 14.133/2021, em seus Art. 92, XVII, determina que a Administração, obrigatoriamente, inclua nos contratos decorrentes de processo licitatório cláusula que estabeleça o encargo do contratado em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista para aprendiz.
Sistema	16/10/2024 às 15:03:09	...Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: ... XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
Sistema	16/10/2024 às 15:03:24	2. Ocorre que, especificamente nos casos de contratação de serviços de vigilância – dada a natureza do serviço – por obvio, não há que se falar em contratação de menor aprendiz.
Sistema	16/10/2024 às 15:03:32	3. Tanto assim que o Edital - não impugnado pela empresa denunciante – especificamente em seu “ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO”, não trouxe a previsão de contratação de menor aprendiz.
Sistema	16/10/2024 às 15:03:42	4. Também não se diga que no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA LTDA.” haveria a necessidade de contratação de menor aprendiz.
Sistema	16/10/2024 às 15:03:54	5. Em primeiro lugar porque o Art. 92, XVII da Lei 14.133/2021, traz a obrigação de contratação de menor aprendiz nos contratos firmados com a Administração, naturalmente, quando a natureza do serviço permitir, o que, vale repetir, não é o caso do “Serviço de Vigilância”.
Sistema	16/10/2024 às 15:04:04	6. Em segundo lugar, porque o Art. 429 da CLT determina que: “Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	16/10/2024 às 15:04:04	formação profissional”.
Sistema	16/10/2024 às 15:04:13	CLT - Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.
Sistema	16/10/2024 às 15:04:23	7. Ora, as funções executadas no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA LTDA.” são: “Setor de Recurso Humanos”, “Setor Comercial” e “Setor Operacional”, funções estas que não demandam formação profissional, estando, desta forma, inclusas na exceção prevista do supracitado Art. 429 da CLT.
Sistema	16/10/2024 às 15:04:31	8. Por fim, quanto a “Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz”, temos que o Edital, em seu Item 12.1, “e”, exige esta somente “quando cabível”, o que já foi reiteradamente demonstrado que não o é nos casos de contratação de “Serviço de Vigilância”.
Sistema	16/10/2024 às 15:04:39	12.1, e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
Sistema	16/10/2024 às 15:04:50	9. Ante a justificativa apresentada, roga-se a este douto Pregoeiro que mantenha a classificação da “CEB SEGURANÇA LTDA.” em 1ª lugar no certame, declarando-a como vencedora do “PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 90026/2024” por ter sido a empresa a ofertar o menor preço ao erário.”
Sistema	16/10/2024 às 15:06:58	Após análise do quanto alegado pela CEB SEGURANÇA LTDA, corroboramos com o posicionamento apresentado no sentido de que nos casos de contratação de serviços de vigilância, que é o objeto do presente certame, não há margem para a contratação de menor aprendiz.
Sistema	16/10/2024 às 15:07:17	Declaramos, portanto, a CEB SEGURANÇA LTDA habilitada ao item do pregão e vencedora do certame.
Sistema	16/10/2024 às 15:51:24	Encerrado o prazo pra registro de intenção de recursos, identificamos que há manifestação de interesse em recorrer.
Sistema	16/10/2024 às 15:52:50	A licitante que apresentou intenção em recorrer deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema.
Sistema	16/10/2024 às 15:53:03	Data limite para apresentação das razões: 21/10/2024; Data limite para apresentação das contrarrazões: 24/10/2024.
Sistema	16/10/2024 às 15:53:24	Boa tarde a todos.
Sistema	22/11/2024 às 10:01:45	Bom dia, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	22/11/2024 às 10:03:09	Em decisão proferida através do documento 3123998, SEI 0018116-97.2022.6.05.8000, o Diretor Geral do TRE-BA julgou procedente o recurso interposto pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA e procedente em parte o recurso interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, determinando a desclassificação da empresa CEB, bem como, em razão da apresentação de declaração falsa no Pregão, a apuração da conduta da licitante.
Sistema	22/11/2024 às 10:14:49	Finalizada a fase de lances e encerrada a etapa de negociação, solicito que essa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital.
Sistema	22/11/2024 às 10:15:00	Juntamente com a planilha de custos e formação de preços, a licitante deverá encaminhar os seguintes documentos:
Sistema	22/11/2024 às 10:15:10	a) declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS (cumulativo ou não cumulativo). b) GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). c) Cópia da convenção coletiva em vigor.
Sistema	22/11/2024 às 10:18:48	Tendo em vista o prazo dado à ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA para envio de documentos, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 27/11/2024, às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	27/11/2024 às 15:01:36	Boa tarde, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	27/11/2024 às 15:02:25	Na última seção do pregão 90026/2024, realizada às 10h00min do dia 22/11/2024, foi dado um prazo de 24 horas para que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA apresentasse arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital.
Sistema	27/11/2024 às 15:02:36	Entretanto, considerando que o encerramento do prazo concedido recairia em dia não útil, o que é vedado pela norma legal, nos valendo do princípio da autotutela, anulamos o ato praticado, tendo em vista o equívoco cometido.
Sistema	27/11/2024 às 15:03:04	Assim, dando continuidade à etapa de julgamento da proposta, solicito que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital.
Sistema	27/11/2024 às 15:03:18	Juntamente com a planilha de custos e formação de preços, a licitante deverá encaminhar os seguintes documentos: a) declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS (cumulativo ou não cumulativo). b) GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). c) Cópia da convenção coletiva em vigor.
Sistema	27/11/2024 às 15:05:41	Tendo em vista o prazo dado à ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA para envio de documentos, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 02/12/2024, às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.
Sistema	02/12/2024 às 15:01:48	Boa tarde a todos.
Sistema	02/12/2024 às 15:02:08	Bom dia, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	02/12/2024 às 15:03:09	Certificamos que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhou, dentro do prazo estabelecido, arquivo contendo a planilha de custos e formação de preços e demais documentos solicitados.
Sistema	02/12/2024 às 15:04:31	Prezada licitante ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. Analisando a planilha enviada por essa empresa verificamos que a licitante não utilizou o modelo de planilha de custos disponibilizado no Anexo III do Edital.
Sistema	02/12/2024 às 15:04:50	A rubrica referente ao INSS (item 2.2.A), por exemplo, deixou de considerar o valor referente ao Módulo 2. Foi incluído um item “C” no item 2.1., não previsto no modelo padrão.
Sistema	02/12/2024 às 15:05:06	Diante das pendências acima apontadas e tendo em vista a condição 10.17. do Edital, solicito que a ALFORGE SEGURANÇA REENCAMINHE, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos adequada ao modelo disponibilizado no Anexo III do Edital, COM A CORREÇÃO das inconformidades apontadas.
Sistema	02/12/2024 às 15:09:29	Tendo em vista o prazo dado à ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA para envio de documentos, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 05/12/2024, às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.
Sistema	05/12/2024 às 15:04:44	Boa tarde, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	05/12/2024 às 15:05:40	Certificamos que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA reencaminhou, dentro do prazo estabelecido, arquivo contendo a planilha de custos e formação de preços e demais documentos solicitados, corrigida.
Sistema	05/12/2024 às 15:05:51	Após análise das planilhas enviadas pela ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA não identificamos equívocos nas rubricas analisadas.
Sistema	05/12/2024 às 15:06:02	Prezada ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. Embora tenha vencido a fase de lances com uma oferta de R\$ 14.400.000,00, ao encaminhar sua proposta essa licitante consignou um preço final R\$ 14.399.990,18. Faremos a aceitação da proposta pelo valor negociado de R\$ 14.399.990,18.
Sistema	05/12/2024 às 15:11:20	Obrigado pela confirmação. Faremos a aceitação pelo valor negociado de R\$ 14.399.990,18.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	05/12/2024 às 15:12:31	Vencida a fase de aceitação, passaremos à habilitação.
Sistema	05/12/2024 às 17:17:26	Prezados licitantes.
Sistema	05/12/2024 às 17:17:35	Certificamos que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhou, dentro do prazo estabelecido, documentos de habilitação solicitados na Seção XII do Edital (DA HABILITAÇÃO).
Sistema	05/12/2024 às 17:18:46	Para fins de análise da documentação apresentada, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 10/12/2024, às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.
Sistema	10/12/2024 às 15:02:40	Boa tarde, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	10/12/2024 às 15:03:05	Nos encontramos na fase de habilitação, analisando os documentos enviados pela ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL para tal fim.
Sistema	10/12/2024 às 15:04:25	Analisando a documentação enviada pelo ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA e em consulta ao SICAF, verificamos que:
Sistema	10/12/2024 às 15:04:38	- A licitante apresentou declaração de que possui ciência do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições;
Sistema	10/12/2024 às 15:04:57	- Apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7ª da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99);
Sistema	10/12/2024 às 15:05:15	- Apresentou declaração de observância aos incisos III e V do art. 1ª e de cumprimento do inciso III do art. 5ª, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano e degradante;
Sistema	10/12/2024 às 15:05:31	- Apresentou declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na lei 8.213/91 e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da lei 14.133/2021;
Sistema	10/12/2024 às 15:05:43	- Apresentou declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
Sistema	10/12/2024 às 15:06:32	- A habilitação jurídica foi comprovada mediante a apresentação de contrato social em vigor, devidamente registrado, bem como em consulta ao relatório do SICAF, com situação válida até 21/05/2025.
Sistema	10/12/2024 às 15:06:42	- A regularidade fiscal foi também confirmada em consulta ao SCAF, com a seguintes informações:
Sistema	10/12/2024 às 15:06:53	a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com validade até 21/05/2025; b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), com validade até 29/12/2024; c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 31/05/2025; d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 30/01/2025.
Sistema	10/12/2024 às 15:07:04	- A regularidade trabalhista comprovada mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com validade até 01/06/2025.
Sistema	10/12/2024 às 15:07:17	- Foi apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência, emitida em 21/11/2024, válida por 30 dias.
Sistema	10/12/2024 às 15:07:46	Com relação à qualificação econômico-financeira, a empresa apresentou o Balanço Patrimonial da EMPRESA MATRIZ (CNPJ 13.343.833/0001-05) dos dois últimos exercícios sociais.
Sistema	10/12/2024 às 15:08:04	O Balanço Patrimonial do exercício 2022 evidenciou os seguintes índices: - Índices de Liquidez Geral (LG): 5,59. - Liquidez Corrente (LC): 13,15. - Solvência Geral (SG): 5,88. Todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/12/2024 às 15:08:28	- O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 43.022.296,11. Superior, portanto, a R\$ 1.115.004,68 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).
Sistema	10/12/2024 às 15:08:40	- Patrimônio Líquido de R\$ R\$ 42.050.197,44. Superior a R\$ 669.270,52 (10% do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).
Sistema	10/12/2024 às 15:08:52	O Balanço Patrimonial do exercício 2023 evidenciou os seguintes índices: - Índices de Liquidez Geral (LG): 1,88. - Liquidez Corrente (LC): 4,16. - Solvência Geral (SG): 2,00. Todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.
Sistema	10/12/2024 às 15:09:02	- O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 55.027.384,57. Superior, portanto, a R\$ 1.115.004,68 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).
Sistema	10/12/2024 às 15:09:11	- Patrimônio Líquido de R\$ 39.891.258,47. Superior a R\$ 669.270,52 (10% do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).
Sistema	10/12/2024 às 15:09:39	- Para fins de comprovação da qualificação técnica a licitante apresentou diversos atestados, dentre os quais um emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos- Superintendência da Bahia, em nome da filial da ALFORGE na Bahia (CNPJ 13.343.833/0004-40), referente ao período de 15/07/2022 a 28/08/2024, atestando a disponibilização de 214 postos através do contrato 1081/2022.
Sistema	10/12/2024 às 15:09:56	- Ainda para a comprovação da qualificação técnica, a experiência de 03 anos na execução do serviço de contratação de mão de obra pôde ser aferida através do atestado emitido em nome da matriz (CNPJ 133438330001-05) pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Olinda, no período de 01/08/2017 a 26/01/2022, totalizando um período de 04 anos, 05 meses e 25 dias.
Sistema	10/12/2024 às 15:10:16	Sobre o estabelecimento matriz (CNPJ 133438330001-05), em consulta ao SICAF para fins de análise da regularidade fiscal e trabalhista da referida unidade, em consulta ao SICAF obtivemos os seguintes resultados:
Sistema	10/12/2024 às 15:12:00	- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com validade até 15/10/2025; - prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 29/12/2024; - prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 31/05/2025; - prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 23/12/2024; - regularidade trabalhista comprovada mediante consulta à CNDT, com validade até 03/02/2025.
Sistema	10/12/2024 às 15:23:47	Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico: https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSanciona do&direcao=asc;13.476.984/0001-23
Sistema	10/12/2024 às 15:23:58	SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.
Sistema	10/12/2024 às 15:24:16	Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.
Sistema	10/12/2024 às 15:42:16	Com relação à certidão de regularidade com a contratação de aprendizes, em consulta feita na webpage do Ministério do Trabalho (https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz), em 10/12/2024, constatamos que a licitante empregava, em 07/12/2024, aprendizes em número SUPERIOR ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT, conforme extrato da pesquisa reproduzida abaixo:
Sistema	10/12/2024 às 15:42:30	“EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA CNPJ: 13.343.833/0004-40 CERTIDÃO EMITIDA em 10/12/2024, às 15:33:42 Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 07/12/2024, aprendizes em número SUPERIOR ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.”
Sistema	10/12/2024 às 15:47:50	Sobre a certidão de regularidade na contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, em consulta feita na webpage do Ministério do Trabalho (https://certidoes.sit .

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/12/2024 às 15:47:50	trabalho.gov.br/pcdreab), em 10/12/2024, constatamos que a licitante empregava, em 07/12/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, conforme
Sistema	10/12/2024 às 15:48:17	Sobre a certidão de regularidade na contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, em consulta feita na webpage do Ministério do Trabalho, em 10/12/2024, constatamos que a licitante empregava, em 07/12/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, conforme extrato da pesquisa reproduzida abaixo:
Sistema	10/12/2024 às 15:51:48	“ALFORGE SEGURANCA, CNPJ: 13.343.833/0004-40. CERTIDÃO EMITIDA em 10/12/2024, às 15:35:01. Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 07/12/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.”
Sistema	10/12/2024 às 16:06:00	Diante da informação contida na página eletrônica do Ministério do Trabalho certificando que essa ALFORGE emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei 8213/1991, concedemos um prazo de 24h00min (vinte e quatro horas) para que essa licitante apresente manifestação escrita, juntando documentos comprobatórios do quanto alegado.
Sistema	10/12/2024 às 16:13:32	Tendo em vista o prazo dado à ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA para manifestação, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 12/12/2024 (quinta-feira), às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde todos.
Sistema	10/12/2024 às 16:19:34	Prezada ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. Solicitamos apresentação da manifestação no prazo concedido, tendo em vista a urgência do Órgão na contratação do serviço em apreço.
Sistema	10/12/2024 às 16:22:00	Tendo em vista o prazo dado à ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA para manifestação, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 12/12/2024 (quinta-feira), às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde todos.
Sistema	12/12/2024 às 15:04:47	Boa tarde, senhores licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	12/12/2024 às 15:05:39	Certificamos que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhou, dentro do prazo estabelecido, manifestação escrita sobre a certidão obtida junto ao Ministério do Trabalho, em 10/12/2024, constando que a licitante empregava, em 07/12/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
Sistema	12/12/2024 às 15:06:16	Para fins de análise da documentação apresentada, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 16/12/2024 (segunda-feira), às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.
Sistema	16/12/2024 às 15:02:42	Boa tarde, senhores licitantes.
Sistema	16/12/2024 às 15:02:49	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	16/12/2024 às 15:07:21	Encontramos-nos na fase de habilitação, analisando a documentação enviada pela ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA para tal fim.
Sistema	16/12/2024 às 15:07:31	Prezados licitantes.
Sistema	16/12/2024 às 15:08:05	No dia 11/12/2024, recebemos, por email, uma denúncia informando que na abertura no certame, dia 25/09/2024, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA não cumpria com a cota mínima de contratação de jovens aprendizes e que, após observar que a CEB SEGURANÇA LTDA foi inabilitada por esse motivo, se aproveitou do período do trâmite do recurso para regularizar sua situação.
Sistema	16/12/2024 às 15:08:17	Para comprovação do quanto alegado a denunciante juntou cópias de certidões obtidas na página eletrônica do Ministério do Trabalho, evidenciando a situação da ALFORGE SEGURANCA ao longo dos dias.
Sistema	16/12/2024 às 15:08:34	A pesquisa mostra que entre 25/09/2024 a 29/11/2024 a denunciada apresentava um percentual inferior ao mínimo exigido. Apenas na consulta do dia 05/12/2024 o valor mínimo é superado.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	16/12/2024 às 15:08:47	No dia 13/12/2024 este pregoeiro submeteu a denúncia recebida à Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos do TRE-BA para apreciação.
Sistema	16/12/2024 às 15:08:59	Como até o presente momento não obtivemos resposta da ASJUR, teremos que suspender a sessão.
Sistema	16/12/2024 às 15:09:15	Diante do acima exposto, suspenderemos a presente sessão, reabrindo-a dia 18/12/2024 (quarta-feira), às 15h00min (horário de Brasília), para continuação dos trabalhos. Boa tarde a todos.
Sistema	18/12/2024 às 15:01:29	Boa tarde, senhores licitantes.
Sistema	18/12/2024 às 15:01:48	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão 90026/2024.
Sistema	18/12/2024 às 15:01:59	Encontramos-nos na fase de habilitação, analisando a documentação enviada pela ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA para tal fim.
Sistema	18/12/2024 às 15:02:44	Na sessão do dia 12/12/2024 certificamos que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhou, dentro do prazo estabelecido, manifestação escrita sobre a certidão obtida junto ao Ministério do Trabalho, em 10/12/2024, constando que a licitante empregava, em 07/12/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
Sistema	18/12/2024 às 15:05:06	Em resposta, de forma resumida, a licitante apresentou os seguintes argumentos:
Sistema	18/12/2024 às 15:05:36	- Que a declaração apresentada pela ALFORGE, de que cumpre a reserva de cargos, é suficiente para o cumprimento do disposto no Edital;
Sistema	18/12/2024 às 15:05:47	- Que a referida certidão nunca foi exigência do Edital ou de qualquer documento relacionado ao procedimento licitatório, sendo a sua consideração uma violação expressa ao princípio de vinculação ao Edital;
Sistema	18/12/2024 às 15:05:58	- Informou que promove inúmeras campanhas de contratação de pessoas com deficiência e frequentemente divulga as vagas em portais de contratação, porém sem sucesso, uma vez que não existe mão de obra PCD e/ou reabilitada do INSS especializada em número suficiente no mercado para atuação em setores técnicos regulados.
Sistema	18/12/2024 às 15:09:04	Sobre o tema, o TRE-BA tem entendido que, embora se reconheça a importância da questão em tela, que busca estimular a contratação de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social nos contratos firmados pela Administração Pública, é preciso ter em conta a interpretação que vem sido concedida pelo Judiciário ao artigo 93, da Lei nº 8.213/91,...
Sistema	18/12/2024 às 15:09:18	...no sentido de isentar a responsabilidade das empresas pelo insucesso na contratação quando decorrido de circunstâncias alheias a sua vontade.
Sistema	18/12/2024 às 15:20:57	Entendemos, portanto, que o item foi atendido pela licitante, uma vez que a mesma demonstrou ter empreendido esforços para realização da contratação de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, sendo o insucesso fruto de circunstâncias relacionadas ao mercado de trabalho.
Sistema	18/12/2024 às 15:21:28	Ainda sobre o tema habilitação, recebemos no dia 11/12/2024, por email, uma denúncia informando que na abertura no certame, dia 25/09/2024, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA não cumpria com a cota mínima de contratação de jovens aprendizes e que, após observar que a CEB SEGURANÇA LTDA foi inabilitada por esse motivo, se aproveitou do período do trâmite do recurso para regularizar sua situação.
Sistema	18/12/2024 às 15:21:44	Para comprovação do quanto alegado a denunciante juntou cópias de certidões obtidas na página eletrônica do Ministério do Trabalho, evidenciando a situação da ALFORGE SEGURANÇA ao longo dos dias.
Sistema	18/12/2024 às 15:21:53	A pesquisa mostra que entre 25/09/2024 a 29/11/2024 a denunciada apresentava um percentual inferior ao mínimo exigido. Apenas na consulta do dia 05/12/2024 o valor mínimo é superado.
Sistema	18/12/2024 às 15:22:01	Sobre o tema, a Lei nº 14133/2021 traz:
Sistema	18/12/2024 às 15:22:19	"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:
Sistema	18/12/2024 às 15:22:29	I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
Sistema	18/12/2024 às 15:22:38	II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor,

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	18/12/2024 às 15:22:38	exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
Sistema	18/12/2024 às 15:22:47	III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
Sistema	18/12/2024 às 15:23:03	IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas."
Sistema	18/12/2024 às 15:23:31	Considerando que, conforme previsão legal, o envio dos documentos de habilitação será exigido da licitante detentora da melhor oferta apenas após a aceitação da sua proposta, não há como se verificar qual a situação da empresa antes da fase habilitatória.
Sistema	18/12/2024 às 15:23:49	O momento de verificação da documentação das empresas é após o exame das propostas.
Sistema	18/12/2024 às 15:23:57	Entendemos, portanto, que não há o que se falar em favorecimento, uma vez que a situação posta decorre dos trâmites previstos na norma.
Sistema	18/12/2024 às 15:25:18	Declaramos, portanto, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA habilitada ao item do pregão e vencedora do certame.
Sistema	18/12/2024 às 15:49:30	Encerrado o prazo pra registro de intenção de recursos, identificamos que há manifestação de interesse em recorrer.
Sistema	18/12/2024 às 15:49:40	A licitante que apresentou intenção em recorrer deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema.
Sistema	18/12/2024 às 15:52:02	Boa tarde a todos.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
25/09/2024 às 15:00:01	Abertura da sessão pública
25/09/2024 às 15:42:17	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA

Serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia – que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos de mão de obra (uniformes, EPIS e equipamentos) necessários à execução dos serviços, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital)

OBS: A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DA CONTRATAÇÃO, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

Quantidade:	1	Valor estimado:	R\$ 15.196.851,4100 (unitário)
Unidade de fornecimento:	POSTO		R\$ 15.196.851,4100 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0200	Critério de julgamento:	Menor Preço
Tratamento Diferenciado	Sem benefícios ME/EPP (Art. 4ª, lei 14.133/2021)		
Situação:	Aberto para recursos		

Aceito e Habilitado por CPF ***.326.***-8 - RAUL ALMEIDA DA PAZ para ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40, melhor lance: R\$ 14.400.000,0000 (unitário) / R\$ 14.400.000,0000 (total), valor negociado: R\$ 14.399.990,1800 (unitário) / R\$ 14.399.990,1800 (total)

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado		Situação
13.343.833/0004-40 - ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 14.400.000,0000 (unitário) R\$ 14.400.000,0000 (total)		Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 15.196.854,4100 (unitário) R\$ 15.196.854,4100 (total)	Valor negociado: R\$ 14.399.990,1800 (unitário) R\$ 14.399.990,1800 (total)	Quantidade ofertada: 1	
04.718.633/0001-90 - AMAZON SECURITY LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: AM	R\$ 15.196.799,9900 (unitário) R\$ 15.196.799,9900 (total)		-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
07.738.828/0001-90 - AVI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 14.498.014,0000 (unitário) R\$ 14.498.014,0000 (total)		-
Valor proposta: R\$ 15.196.800,0000 (unitário) R\$ 15.196.800,0000 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
15.525.326/0001-00 - CEB SEGURANCA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 14.360.000,0000 (unitário) R\$ 14.360.000,0000 (total)		Fornecedor inabilitado
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: R\$ 14.349.331,4400 (unitário) R\$ 14.349.331,4400 (total)	Quantidade ofertada: 1	
26.905.846/0001-64 - CIVIL SEGURANCA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: BA	R\$ 15.196.850,2200 (unitário) R\$ 15.196.850,2200 (total)		-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Não informado	1
41.522.851/0001-81 - CONSTRUTORA ALVES CARVALHO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: BA	R\$ 15.196.850,0000 (unitário) R\$ 15.196.850,0000 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.850,0000 (unitário) R\$ 15.196.850,0000 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
21.550.729/0001-01 - EXSEG SEGURANCA PRIVADA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 14.660.177,2800 (unitário) R\$ 14.660.177,2800 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.084.408,1300 (unitário) R\$ 15.084.408,1300 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
03.613.941/0001-99 - GENERAL SECURITY VIGILANCIA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 17.721.146,2900 (unitário) R\$ 17.721.146,2900 (total)	-
Valor proposta: R\$ 17.721.146,2900 (unitário) R\$ 17.721.146,2900 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
10.634.013/0001-76 - GESTALT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 15.025.000,0000 (unitário) R\$ 15.025.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
42.035.097/0001-18 - GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 18.469.717,6900 (unitário) R\$ 18.469.717,6900 (total)	-
Valor proposta: R\$ 18.469.717,6900 (unitário) R\$ 18.469.717,6900 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
32.195.043/0001-66 - IMPERIO SECURITY VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: BA	R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
04.008.185/0004-84 - INTERFORT SEGURANCA DE VALORES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 15.196.851,4000 (unitário) R\$ 15.196.851,4000 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4000 (unitário) R\$ 15.196.851,4000 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
00.435.781/0001-47 - MAP SERVICOS DE SEGURANCA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 15.196.851,0000 (unitário) R\$ 15.196.851,0000 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,0000 (unitário) R\$ 15.196.851,0000 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
Valor proposta: R\$ 15.196.851,0000 (unitário) R\$ 15.196.851,0000 (total)	Não informado	1
34.465.201/0001-86 - PARCEIRO SEGURANCA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: BA	R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
11.179.264/0001-70 - PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: PE	R\$ 26.305.749,7900 (unitário) R\$ 26.305.749,7900 (total)	-
Valor proposta: R\$ 26.305.749,7900 (unitário) R\$ 26.305.749,7900 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
04.955.192/0001-40 - PROSEVIG - PROTECAO E VIGILANCIA LTDA. Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
16.850.970/0001-16 - TITA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
07.774.050/0003-37 - TKS SEGURANCA PRIVADA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 15.196.851,2100 (unitário) R\$ 15.196.851,2100 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,2100 (unitário) R\$ 15.196.851,2100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
04.542.518/0001-08 - VIGSEG VIGILANCIA E SEGURANCA DE VALORES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não UF: BA	R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	-
Valor proposta: R\$ 15.196.851,4100 (unitário) R\$ 15.196.851,4100 (total)	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
25/09/2024 15:05:50	10.634.013/0001-76	R\$ 15.083.500,0000
25/09/2024 15:06:04	04.718.633/0001-90	R\$ 15.196.849,9900
25/09/2024 15:07:54	15.525.326/0001-00	R\$ 15.082.000,0000
25/09/2024 15:09:35	04.718.633/0001-90	R\$ 15.196.799,9900
25/09/2024 15:12:25	13.343.833/0004-40	R\$ 15.084.000,0000
25/09/2024 15:12:32	07.738.828/0001-90	R\$ 15.085.000,0000

Data/hora	Participante	Lance
25/09/2024 15:15:46	21.550.729/0001-01	R\$ 15.083.489,5000
25/09/2024 15:16:01	07.738.828/0001-90	R\$ 15.081.000,0000
25/09/2024 15:17:59	10.634.013/0001-76	R\$ 15.083.450,0000
25/09/2024 15:18:08	26.905.846/0001-64	R\$ 15.196.850,2200
25/09/2024 15:19:18	15.525.326/0001-00	R\$ 15.000.000,0000
25/09/2024 15:19:43	13.343.833/0004-40	R\$ 15.083.000,0000
25/09/2024 15:20:49	13.343.833/0004-40	R\$ 15.080.000,0000
25/09/2024 15:20:53	07.738.828/0001-90	R\$ 15.065.000,0000
25/09/2024 15:21:14	13.343.833/0004-40	R\$ 15.070.000,0000
25/09/2024 15:22:01	10.634.013/0001-76	R\$ 15.030.000,0000
25/09/2024 15:22:23	21.550.729/0001-01	R\$ 15.029.858,0000
25/09/2024 15:22:26	13.343.833/0004-40	R\$ 15.050.000,0000
25/09/2024 15:22:48	13.343.833/0004-40	R\$ 15.029.000,0000
25/09/2024 15:23:07	21.550.729/0001-01	R\$ 15.028.950,0000
25/09/2024 15:23:20	15.525.326/0001-00	R\$ 14.900.000,0000
25/09/2024 15:23:51	10.634.013/0001-76	R\$ 15.028.980,0000
25/09/2024 15:24:48	13.343.833/0004-40	R\$ 15.028.000,0000
25/09/2024 15:26:30	21.550.729/0001-01	R\$ 14.660.177,2800
25/09/2024 15:27:20	15.525.326/0001-00	R\$ 14.400.000,0000
25/09/2024 15:27:24	13.343.833/0004-40	R\$ 14.400.000,0000
25/09/2024 15:29:36	07.738.828/0001-90	R\$ 14.498.014,0000
25/09/2024 15:29:46	10.634.013/0001-76	R\$ 15.025.000,0000
25/09/2024 15:30:40	15.525.326/0001-00	R\$ 14.360.000,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	25/09/2024 15:00:02	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	25/09/2024 15:05:06	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	25/09/2024 15:25:00	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedores convocados poderão enviar um lance único e fechado até às 15:30:00 do dia 25/09/2024. Fornecedoros convocados apresentaram os lances entre R\$ 14.900.000,0000 e R\$ 15.196.851,4100.
Sistema	25/09/2024 15:30:03	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 14.660.177,2800, R\$ 15.025.000,0000, R\$ 14.400.000,0000, R\$ 14.400.000,0000 e R\$ 14.498.014,0000.
Sistema	25/09/2024 15:30:03	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 foi iniciado para o item 1. Fornecedoros que apresentaram lance no valor de R\$ 14.400.000,0000 poderão enviar um lance único e fechado até às 15:35:03 do dia 25/09/2024.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	25/09/2024 15:35:04	O desempate por disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 do item 1 foi encerrado. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 14.360.000,0000.
Sistema	25/09/2024 15:35:04	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:46:02	Prezada licitante CEB SEGURANCA LTDA BA. Ao final da etapa competitiva, identificamos que essa empresa apresentou o melhor lance para o item 01, com o valor de R\$ 14.360.000,00. Tendo em vista a Seção IX do Edital 90026/2024 (Da Negociação), questiono se há possibilidade de redução do preço final ofertado.
pelo participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:49:33	Prezado Sr. Pregoeiro, atendendo solicitação de Vossa Senhoria, considerando o nosso interesse de fazer o melhor preço para esse TRE, estamos reduzindo o valor para R\$ 14.350,000,00
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:52:54	Sr. Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Preço negociado via chat..
pelo participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:53:32	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00, tendo informado R\$ 14.350.000,0000.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:54:33	Obrigado, prezada licitante.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:55:26	Finalizada a fase de lances e encerrada a etapa de negociação, solicito que essa CEB SEGURANCA LTDA BA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:55:42	Juntamente com a planilha de custos e formação de preços, a licitante deverá encaminhar os seguintes documentos: a) declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS (cumulativo ou não cumulativo). b) GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). c) Cópia da convenção coletiva em vigor.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:57:21	Sr. Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:57:00 do dia 26/09/2024. Justificativa: Solicitamos que a CEB SEGURANCA LTDA BA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital. .
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	25/09/2024 15:58:42	A CEB SEGURANCA LTDA BA tem até às 15h57min (horário de Brasília) de amanhã, 26/09/2024, para enviar a documentação solicitada.
pelo participante 15.525.326/0001-00	26/09/2024 12:42:57	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:42:57 de 26/09/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	30/09/2024 15:45:53	Prezada CEB SEGURANCA LTDA. Embora tenha vencido a fase de lances com uma oferta de R\$ 14.360.000,00, ao encaminhar sua proposta essa licitante consignou um preço final R\$ 14.349.331,44.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	30/09/2024 15:47:51	Sr. Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Embora tenha vencido a fase de lances com uma oferta de R\$ 14.350.000,00, ao encaminhar sua proposta essa licitante consignou um preço final R\$ 14.349.331,44. .
pelo participante 15.525.326/0001-00	30/09/2024 15:49:21	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00, tendo informado R\$ 14.349.331,4400.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	30/09/2024 15:58:24	Negociação confirmada, faremos a aceitação da proposta pelo valor negociado de R\$ 14.349.331,44.
Sistema	30/09/2024 15:59:24	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 30/09/2024 16:19:24.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	30/09/2024 16:00:16	Prezada licitante CEB SEGURANCA LTDA. Para fins de habilitação ao item do Pregão 90026/2024, solicitamos que essa empresa encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 02 (duas) horas, os documentos de habilitação solicitados na Seção XII do Edital (DA HABILITAÇÃO).
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	30/09/2024 16:01:14	Sr. Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:02:00 do dia 30/09/2024. Justificativa: Solicitamos que essa empresa encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 02 (duas) horas, os documentos de habilitação solicitados na Seção XII do Edital .
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	30/09/2024 16:03:33	Estamos aguardando o envio dos documentos de habilitação pela CEB SEGURANCA LTDA. Continuem conectados.
pelo participante 15.525.326/0001-00	30/09/2024 16:41:24	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:41:24 de 30/09/2024. 11 anexos foram enviados pelo fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 10:16:54	Prezada licitante CEB SEGURANCA LTDA.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 10:18:11	Prezada licitante CEB SEGURANCA LTDA. Durante a realização da sessão pública do presente certame recebemos por e-mail, de uma outra licitante participante do pregão, a seguinte informação:
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 10:19:45	“A empresa XXX, vem alertar de uma fraude licitatória que vem ocorrendo nos processos de contratação, pois a nova Lei de licitação de n.º 14.133/2021 exige que as empresas cumpram com a cota de contratação para jovem aprendiz e nos processos licitatórios torna-se obrigatório a declaração feita no site como condição de participação que as empresas participantes estão cumprindo com as contratações de jovem na condição de aprendiz...
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 10:20:40	...Porém vem ocorrendo que as empresas estão declarando que cumprem com a cota de contratação, mas não estão cumprindo na realidade, burlando assim a Lei e ao processo licitatório que conforme edital no item 12.1.1.1- “A licitante responderá pela veracidade das informações contidas nas declarações apresentadas”, com isso, estão apresentando assim falsa declaração, o que é até motivo de penalização...
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 10:20:55	...Estou enviando em anexo, documentos e Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendiz emitida pela Secretaria do Ministério do Trabalho e Emprego das empresas CEB e ALFORGE, primeira e segunda colocada no certame supra citado e a Certidão de regularidade da empresa XXX para sua avaliação”.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 10:21:20	Diante da denúncia acima reproduzida, concedemos um prazo de 24h00min (vinte e quatro horas) para que essa CEB SEGURANCA LTDA se manifeste sobre os fatos narrados.
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 10:22:29	Sr. Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 10:23:00 do dia 12/10/2024. Justificativa: Diante da denúncia acima reproduzida, concedemos um prazo de 24h00min (vinte e quatro horas) para que essa CEB SEGURANCA LTDA se manifeste sobre os fatos narrados..
pelo participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 13:05:40	Sr. Pregoeiro, Tendo em vista que amanhã dia 12/10/2024 não é dia útil, gostaríamos de solicitar dilação do prazo até as 10:23 do dia 14/10/2024.
pelo participante 15.525.326/0001-00	11/10/2024 23:34:04	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 23:34:04 de 11/10/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00.
Sistema	16/10/2024 15:11:10	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 16/10/2024 15:31:10.
Sistema	16/10/2024 15:53:31	A fase de recurso do item 1 está aberta até 21/10/2024.
Sistema	22/10/2024 00:00:00	A fase de recurso do item 1 foi finalizada no prazo previsto. O item está aberto para registro de contrarrazão até 24/10/2024.
Sistema	25/10/2024 00:00:01	A fase de contrarrazão do item 1 foi finalizada no prazo previsto. O item está aberto para decisão do pregoeiro.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 15.525.326/0001-00	22/11/2024 10:04:17	Prezada CEB SEGURANÇA LTDA. Cumprindo decisão da Administração, informamos que essa licitante será inabilitada ao presente certame.
Sistema	22/11/2024 10:07:24	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 22/11/2024 10:27:24.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	22/11/2024 10:08:01	Prezada licitante ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	22/11/2024 10:08:19	. Com inabilitação da CEB SEGURANÇA LTDA, identificamos que essa empresa passou a ser a detentora da do melhor lance para o item 01, com o valor de R\$ 14.400.000,00.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	22/11/2024 10:08:35	Tendo em vista a Seção IX do Edital 90026/2024 (Da Negociação), questiono se há possibilidade de redução do preço final ofertado.
pelo participante 13.343.833/0004-40	22/11/2024 10:11:20	Bom dia Prezado(a) Pregoeiro(a), no momento não poderemos reduzir o valor para manter a exequibilidade da proposta. Iremos verificar a possibilidade no ajuste da proposta.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	22/11/2024 10:14:04	Entendo, prezada licitante.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	22/11/2024 10:16:09	Sr. Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 10:15:00 do dia 23/11/2024. Justificativa: Solicito que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital. .
pelo participante 13.343.833/0004-40	22/11/2024 10:21:07	Prezado(a) Pregoeiro(a), por se tratar do sábado o prazo para envio, solicitamos dilação de prazo por igual período.
pelo participante 13.343.833/0004-40	22/11/2024 16:06:47	Prezado Pregoeiro, solicitamos dilação de prazo para envio da proposta em dia útil.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	23/11/2024 10:15:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:15:00 de 23/11/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	27/11/2024 15:04:24	Sr. Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:05:00 do dia 28/11/2024. Justificativa: Dando continuidade à etapa de julgamento da proposta, solicito que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital. .
pelo participante 13.343.833/0004-40	27/11/2024 15:08:52	Prezado Pregoeiro, boa tarde. Estaremos enviando no prazo solicitado.
pelo participante 13.343.833/0004-40	28/11/2024 13:31:17	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:31:17 de 28/11/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	02/12/2024 15:07:20	Sr. Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:08:00 do dia 03/12/2024. Justificativa: Solicito que a ALFORGE SEGURANÇA REENCAMINHE, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos adequada ao modelo disponibilizado no Anexo III do Edital, COM A CORREÇÃO das inconformidades apontadas.
pelo participante 13.343.833/0004-40	02/12/2024 15:08:19	Boa tarde, Prezado(a) Pregoeiro(a). Iremos fazer os ajustes solicitados.
pelo participante 13.343.833/0004-40	03/12/2024 14:43:08	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:43:08 de 03/12/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833

18/12/2024 15:52

17 de 20

Responsável	Data/Hora	Mensagem
pelo participante 13.343.833/0004-40	03/12/2024 14:43:08	/0004-40.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	05/12/2024 15:06:54	Sr. Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Embora tenha vencido a fase de lances com uma oferta de R\$ 14.400.000,00, ao encaminhar sua proposta essa licitante consignou um preço final R\$ 14.399.990,18. Faremos a aceitação da proposta pelo valor negociado de R\$ 14.399.990,18..
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	05/12/2024 15:09:47	Solicitamos que a licitante confirme a aceitação do valor negociado de R\$ 14.399.990,18 no campo próprio do sistema.
pelo participante 13.343.833/0004-40	05/12/2024 15:10:01	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40, tendo informado R\$ 14.399.990,1800.
Sistema	05/12/2024 15:11:40	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 05/12/2024 15:31:40.
pelo participante 13.343.833/0004-40	05/12/2024 15:11:58	Boa tarde, Prezado(a) Pregoeiro(a). Ajustamos o valor conforme solicitação.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	05/12/2024 15:13:16	Prezada licitante ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. Para fins de habilitação ao item do Pregão 90026/2024, solicitamos que essa empresa encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 02 (duas) horas, os documentos de habilitação solicitados na Seção XII do Edital (DA HABILITAÇÃO).
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	05/12/2024 15:15:09	Sr. Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:16:00 do dia 05/12/2024. Justificativa: Solicitamos que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 02 (duas) horas, os documentos de habilitação solicitados na Seção XII do Edital (DA HABILITAÇÃO)..
pelo participante 13.343.833/0004-40	05/12/2024 16:54:20	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:54:20 de 05/12/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40.
Sistema para o participante 13.343.833/0004-40	10/12/2024 16:09:09	Sr. Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:09:00 do dia 11/12/2024. Justificativa: Concedemos um prazo de 24h00min (vinte e quatro horas) para que essa licitante apresente manifestação escrita sobre a certidão do Ministério do Trabalho sobre contratação de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social..
pelo participante 13.343.833/0004-40	10/12/2024 16:12:23	Boa tarde, prezado pregoeiro. Diante das solicitações, solicitamos dilação de prazo por igual período.
pelo participante 13.343.833/0004-40	10/12/2024 16:20:23	Ciente, Prezado Pregoeiro.
pelo participante 13.343.833/0004-40	11/12/2024 15:37:01	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:37:01 de 11/12/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40.
Sistema	18/12/2024 15:26:55	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 18/12/2024 15:46:55.
Sistema	18/12/2024 15:52:09	A fase de recurso do item 1 está aberta até 23/12/2024.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
25/09/2024 15:05:06	Item aberto para lances.

Data/Hora	Descrição
25/09/2024 15:25:00	Item com etapa aberta encerrada.
25/09/2024 15:25:00	Início da etapa fechada. Fornecedores convocados apresentaram os lances entre R\$ 14.900.000,0000 e R\$ 15.196.851,4100.
25/09/2024 15:30:03	Item com etapa fechada encerrada.
25/09/2024 15:30:03	Convocados os fornecedores para a disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 que apresentaram lance no valor de R\$ 14.400.000,0000.
25/09/2024 15:35:04	Item com etapa de disputa final do art. 60 da lei 14.133/2021 encerrada.
25/09/2024 15:35:04	Item encerrado para lances.
25/09/2024 15:52:54	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 convocado para negociação de valor.
25/09/2024 15:53:32	Negociação encerrada. Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 informou R\$ 14.350.000,0000.
25/09/2024 15:57:21	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 26/09/2024 15:57:00. Motivo: Solicitamos que a CEB SEGURANCA LTDA BA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital. .
26/09/2024 12:42:57	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 finalizou o envio de anexo.
30/09/2024 15:47:51	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 convocado para negociação de valor.
30/09/2024 15:49:21	Negociação encerrada. Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 informou R\$ 14.349.331,4400.
30/09/2024 15:59:24	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 14.360.000,0000, valor negociado: R\$ 14.349.331,4400. Motivo: Negociação confirmada, faremos a aceitação da proposta pelo valor negociado de R\$ 14.349.331,44. .
30/09/2024 16:00:39	Fornecedor AVI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ 07.738.828/0001-90 registra a intenção de recurso na fase julgamento.
30/09/2024 16:01:14	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 30/09/2024 18:02:00. Motivo: Solicitamos que essa empresa encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 02 (duas) horas, os documentos de habilitação solicitados na Seção XII do Edital. .
30/09/2024 16:41:24	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 finalizou o envio de anexo.
11/10/2024 10:22:29	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 12/10/2024 10:23:00. Motivo: Diante da denúncia acima reproduzida, concedemos um prazo de 24h00min (vinte e quatro horas) para que essa CEB SEGURANCA LTDA se manifeste sobre os fatos narrados..
11/10/2024 23:34:04	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 finalizou o envio de anexo.
16/10/2024 15:11:10	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 foi habilitado.
16/10/2024 15:11:54	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
16/10/2024 15:12:54	Fornecedor AVI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ 07.738.828/0001-90 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
16/10/2024 15:53:31	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.
18/11/2024 16:15:21	Reabertura da sessão 2 de julgamento / habilitação. Motivo: Em cumprimento à decisão do Diretor Geral do TRE-BA que julgou procedente o recurso interposto pela ALFORGE e procedente em parte o da AVI SERVIÇOS.
22/11/2024 10:07:24	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 foi inabilitado. Motivo: Decisão do Diretor Geral do TRE-BA que julgou procedente o recurso interposto pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA e procedente em parte o recurso interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, determinando a desclassificação da empresa CEB..
22/11/2024 10:16:09	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 23/11/2024 10:15:00. Motivo: Solicito que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital. .

18/12/2024 15:52

19 de 20

Data/Hora	Descrição
27/11/2024 15:04:24	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 28/11/2024 15:05:00. Motivo: Dando continuidade à etapa de julgamento da proposta, solicito que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos, conforme Anexo III do Edital. .
28/11/2024 13:31:17	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 finalizou o envio de anexo.
02/12/2024 15:07:20	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 03/12/2024 15:08:00. Motivo: Solicito que a ALFORGE SEGURANÇA REENCAMINHE, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 24 horas, arquivo contendo a planilha de custos adequada ao modelo disponibilizado no Anexo III do Edital, COM A CORREÇÃO das inconformidades apontadas. .
03/12/2024 14:43:08	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 finalizou o envio de anexo.
05/12/2024 15:06:54	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 convocado para negociação de valor.
05/12/2024 15:10:01	Negociação encerrada. Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 informou R\$ 14.399.990,1800.
05/12/2024 15:11:40	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 14.400.000,0000, valor negociado: R\$ 14.399.990,1800. Motivo: Obrigado pela confirmação. Faremos a aceitação pelo valor negociado de R\$ 14.399.990,18..
05/12/2024 15:15:09	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 05/12/2024 17:16:00. Motivo: Solicitamos que a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA encaminhe, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 02 (duas) horas, os documentos de habilitação solicitados na Seção XII do Edital (DA HABILITAÇÃO)..
05/12/2024 16:54:20	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 finalizou o envio de anexo.
10/12/2024 16:09:09	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 11/12/2024 16:09:00. Motivo: Concedemos um prazo de 24h00min (vinte e quatro horas) para que essa licitante apresente manifestação escrita sobre a certidão do Ministério do Trabalho sobre contratação de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social..
11/12/2024 15:37:01	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 finalizou o envio de anexo.
18/12/2024 15:26:55	Fornecedor ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 13.343.833/0004-40 foi habilitado.
18/12/2024 15:27:08	Fornecedor AVI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ 07.738.828/0001-90 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
18/12/2024 15:27:18	Fornecedor CEB SEGURANCA LTDA, CNPJ 15.525.326/0001-00 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
18/12/2024 15:52:09	Encerramento da sessão 2 de julgamento / habilitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0018116-97.2022.6.05.8000
ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 19/09/2024
ASSISTÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 25/04/2024
INTERESSADO : SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
ASSESSORIA ESPECIAL DA DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO : Pregão Eletrônico nº 90026/2024. Recurso.

PARECER nº 734 / 2024 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, para emissão de parecer em face do Recurso impetrado pela empresa A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA (doc. nº 3180354), contra a decisão do Pregoeiro, que, no Pregão Eletrônico 90026/2024 (doc. nº 3013037) habilitou e declarou vencedora a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

2. Sustenta a Recorrente, em síntese, que a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA deverá ser desclassificada do certame, em razão de ter apresentado declaração falsa, no que diz respeito ao atendimento da *cota para menor aprendiz*, e, conseqüentemente, deverá ser punida com a sanção de *declaração de inidoneidade*. Vejamos, abaixo, trechos da peça recursal, que bem espelham os argumentos da A.V.I.:

"Como se sabe, na forma do art. 9º da Instrução Normativa nº 146/2018, para "fins de comprovação da regularidade no cumprimento da cota de aprendizagem, será emitida a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE)". Todavia, constatou-se que, à época da abertura do certame, a referida empresa não cumpria a cota mínima de contratação de jovens aprendizes, exigência expressa do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, mas declarou no sistema do certame que estava cumprindo a cota, configurando fato grave, ela declarou falsamente que cumpria com as cotas de aprendizagem na época da avaliação dos requisitos de participação no certame (subitens 2.4 e 2.5 do Edital), fato que foi denunciado há época pela recorrente com a juntada de certidão da ALFORGE atestando o descumprimento e a falsidade da declaração para participação no certame. Ora, sucedeu-se que a empresa ALFORGE apresentou declaração sabidamente falsa em campo próprio, perante os presentes na sessão pública exordial, dizendo que que cumpria com a cota de jovem aprendiz.

Tal declaração é comprovadamente falsa pois na data da sessão pública, bem como por mais de 70 (setenta) dias após a abertura do certame, pôde-se verificar através das respectivas certidões emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Secretaria de Inspeção do Trabalho) que a referida empresa ALFORGE constava o status de INFERIOR, demonstrando que a mesma não cumpria com a cota, conforme é facilmente vislumbrado das certidões anexas.

(...)

Convém ressaltar que neste sentido, a empresa ALFORGE incorreu na mesma prática ilícita detectada na empresa CEB SEGURANÇA LTDA., que foi objeto de recursos simultâneos após a mesma ter sido habilitada em primeiro lugar, conduzindo à sua desclassificação por força da decisão administrativa nº 3123998/2024 - PRE/DG/ASSESD, no âmbito do Processo Administrativo 0018116-97.2022.6.05.8000.

(...)

A Recorrente surpreendeu-se, portanto, que mesmo após denúncia formalizada para o Ilmo. Pregoeiro noticiando a declaração falsa da ALFORGE, o certame prosseguiu como se nada tivesse acontecido e a empresa ALFORGE foi habilitada e declarada vencedora, mesmo após demonstrado que cometeu FRAUDE LICITATÓRIA, uma vez que a veracidade dos documentos apresentados é requisito essencial para a habilitação.

Assim a licitante ALFORGE nem direito a convocação para apresentar proposta, documentos de habilitação e etc... teria, haja vista nem participar deste certame, poderia. Evidentemente que, por dedução lógica, essa declaração não é somente um documento de habilitação, pois também faz parte das condições de participação.

(...)

É indubitável que a falsidade de declarações enseja a desclassificação do licitante. A regularização posterior não convalida a ilegalidade, conforme o princípio do TEMPUS REGIT ACTUM, que determina que os atos administrativos sejam avaliados conforme a situação vigente no momento de sua prática.

(...)

Interpretar de forma diversa é transformar em letra morta todos os dispositivos sancionadores da fraude licitatória por declarações falsas. Ademais, a permanência da empresa ALFORGE no certame e sua consequente declaração como vencedora afrontam o princípio da isonomia, previsto no art. 5º e art. 37 da Constituição Federal.

Não é possível que a empresa ALFORGE possa se beneficiar da leniência diante de declaração falsa e um headstart de 70 (setenta) dias para regularizar situação que sua concorrente, já de pronto, cumpria a regra do edital na abertura do certame. (...)"

3. Em sede de contrarrazões, a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA refutou as alegações da Recorrente, afirmando, dentre outras

coisas (doc. nº 3180401):

"Em síntese, alega a Recorrente que a empresa Recorrida não deveria ter sido habilitada pois na ocasião da apresentação da proposta não teria certidão válida referente ao cumprimento da reserva legal de cargos para menores aprendizes.

Tal argumento não merece prosperar.

Nos termos da Lei nº 14.133/21, os objetivos do processo licitatório são:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; (...) III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; (...) Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia (...)

Em síntese, os requisitos legais visam a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, vantajosidade essa que está relacionada diretamente com o preço e à segurança quanto à qualidade da prestação de serviços objetivada.

(...)

A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão do certame licitatório, ferindo diretamente os princípios da razoabilidade, celeridade e interesse público.

Nesse sentido:

Da vinculação ao instrumento convocatório e da legislação aplicável:

A especificação da documentação a ser apresentada pelos competidores, por ocasião da habilitação, visa a selecionar aqueles que detêm, de fato, condições, ou maiores condições de executar o contrato. Assim, a documentação atinente à habilitação tem que ser adequada ao escopo do certame, considerando a especificidade de cada objeto. Faz-se necessário, claro, que o interesse público esteja acima da mera observância das disposições literais do ato convocatório. O que significa dizer que a Administração não pode se submeter à prática do rigor formalista, até porque, sem sombra de dúvida, o bom senso demonstra que o benefício da boa contratação não se acha atrelado a tal exigência, que certamente tem o condão de apenas favorecer a dinâmica administrativa dos trabalhos dos agentes de contratação. Tal conduta, de todo modo, deve ser harmonizada com o dever de observância das regras editalícias, que vinculam Administração e licitantes. Obviamente que não excessivo, mas, moderado, o formalismo é necessário. Os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93 – replicados pelo art. 5º da Lei 14.133/2021 – elencam, dentre outros, o princípio da

vinculação ao instrumento convocatório, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Note-se, portanto, que a previsão em edital, sendo decorrente dos princípios da Administração Pública e da própria disposição legal contida no art. 64, §1º, da Lei 14.133/2021:

12.1.1. Será verificado se a licitante apresentou por ocasião do envio da proposta, por meio do campo próprio do sistema, a seguinte documentação:

(...)

e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

A Certidão demonstrada pela empresa, além de NÃO SER uma exigência do Edital a sua apresentação, apenas informa, como bem descrito, os dados declarados pelo empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

(...)

Reforça-se, quando da convocação para apresentação de documentos de habilitação a Recorrida juntou certidão válida que atestou o cumprimento da determinação legal e editalícia de reserva de cargos para menores aprendizes."

4. Por sua vez, o Pregoeiro defendeu que *"o recurso não merece provimento, uma vez que a questão levantada não enseja a desclassificação da empresa vencedora"*, reiterando, ao final, o posicionamento já adotado durante a condução do certame, merecendo reproduzir o seguinte excerto (doc. nº 3180666):

"Com relação ao assunto em tela, quando da habilitação da ALFORGE SEGURANCA, através do *chat* do sistema de compras, nos manifestamos nos seguintes termos:

"Sobre o tema, a Lei nº 14133/2021 traz:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas."

Considerando que, conforme previsão legal, o envio dos documentos de habilitação será exigido da licitante detentora da melhor oferta apenas após a aceitação da sua proposta, não

há como se verificar qual a situação da empresa antes da fase habilitatória.

O momento de verificação da documentação das empresas é após o exame das propostas.

Entendemos, portanto, que não há o que se falar em favorecimento, uma vez que a situação posta decorre dos trâmites previstos na norma."

Na oportunidade, reiteramos o entendimento exposto acima, no sentido de que não há obrigatoriedade legal de se verificar, antes da aceitação da proposta, os documentos de habilitação das licitantes. Basta dizer que existem 19 empresas participando do certame, dentre as quais a recorrente, e só saberemos a situação de cada uma caso tenhamos que analisar suas propostas."

(destaques originais)

É o Relatório.

5. Corroboramos o posicionamento do Pregoeiro, ora sintetizado na parte final do doc. nº 3180666, acima reproduzida.

6. Decerto, a questão da *reserva de cota para aprendizes*, bem como as demais inovações do artigo 92, XVII, da Lei nº 14133/2021, ainda trazem alguma dificuldade no curso das licitações, merecendo certa cautela e ponderação no momento de análise e julgamento dos certames, sobretudo em face dos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

6.1. Nesse contexto, cumpre salientar que, em sede de consulta feita a esta unidade de assessoramento, versando sobre a mesma temática (*na data de abertura do certame a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA não cumpria com a cota mínima de contratação de jovens aprendizes, consoante denúncia apresentada pela licitante A.V.I. SERVICOS DE SEGURANCA LTDA*), assim nos posicionamos:

"A Lei nº 14133/2021 traz:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - **poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - **será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas."

(grifos nossos)

Sendo assim, assiste razão ao Pregoeiro, ao afirmar:

"Considerando que, conforme previsão legal, o envio dos documentos de habilitação será exigido da licitante detentora da melhor oferta apenas após a aceitação da sua proposta, não há como se verificar qual a situação da empresa antes da fase habilitatória. Basta dizer que existem 19 empresas participando do certame, dentre as quais a denunciante, e só saberemos a situação de cada uma caso tenhamos que analisar suas propostas."

Não há, na sistemática da lei, a obrigatoriedade de se verificar, antes de encerrada a análise das propostas, os documentos de habilitação das licitantes. Analisa-se apenas, e como regra, os documentos de habilitação da empresa que, ao final da disputa, tenha ofertado a melhor proposta válida.

Esse momento pode ocorrer rapidamente, é fato, ou pode ser adiado, por força de circunstâncias que envolvam a disputa. *In casu*, o certame está permeado de ocorrências que implicaram no adiamento da fase de análise da documentação. Pensamos que isso, decerto, poderá beneficiar ou prejudicar as proponentes, sobretudo em questão tão variável, como é a certificação do atendimento de cotas para menor aprendiz, cuja atualização, salvo engano, ocorre em intervalos muito pequenos.

A propósito, na mesma linha do quanto asseverado no tocante à *reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social*, a exigência, relacionada à cota para menor aprendiz, tem gerado análises e discussões dos especialistas. E, mais uma vez, traremos as ponderações do Prof. Joel Niebuhr:

"A Lei nº 8.213/1991 prescreve a obrigação das empresas que contem com mais de cem empregados de preencherem entre 2% a 5% do total de suas vagas de emprego com pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social¹. A CLT obriga, na mesma linha, a contratação de aprendizes².

Essa questão das cotas é sensível, especialmente para as empresas com grande contingente de empregados, como é o caso, dentre outras, das dedicadas à terceirização de serviços. Muitas delas, com absoluta boa-fé, não encontram pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social em quantidade suficiente para atender as cotas. Em relação aos aprendizes, muitas encontram candidatos, mas não dispõem de meios para alocar em postos de trabalho toda a quantidade que lhes é exigida. Essa situação vem gerando muitas ações judiciais e, em alguns casos, a celebração de termos de ajustamento de conduta, tudo na esfera trabalhista.

O legislador, malcontente, resolveu arrastar esse problema trabalhista para o universo das licitações públicas e contratos

administrativos. O problema, então, foi transformado num “problemão”. Com esse espírito, a Lei nº 14.133/2021 prescreve uma série de regras que condicionam o acesso às licitações públicas e aos contratos administrativos ao cumprimento das cotas.^{3 4}

Ocorre que muitas empresas, por mais que se esforcem, não conseguem cumprir as cotas e, por consequência, nos termos literais da Lei nº 14.133/2021, não podem mais participar de licitações e não podem mais contratar com o Poder Público, o que tende a ser fatal, em especial para aquelas cujos faturamentos dependem de contratos administrativos.

Para piorar o quadro, não é raro que empresas que não cumprem as cotas declarem falsamente à Administração Pública que as cumprem, o que lhes sujeita a diversas sanções administrativas e os seus sócios a responder processo crime por falsidade ideológica.

Empresas estão entre a cruz e a espada: ou não participam de licitações e fecham as portas ou declaram que cumprem cotas que não cumprem e se sujeitam às penalidades legais. Nesse contexto, a solução é a judicialização, movimento ainda incipiente e vacilante, mas que deve ganhar corpo em curto espaço de tempo. É a velha insegurança jurídica, que bate forte e marginaliza os empreendedores brasileiros.

(...)

As normas que condicionam a participação em licitação, a celebração e a manutenção de contrato administrativo ao cumprimento da reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e para aprendizes são inconstitucionais por ofensa à parte final do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal:

Art. 37. [...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e

econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A parte final do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal é categórica e impõe contorno bem limitado às exceções ao direito de acesso às licitações e contratos administrativos, contorno este que deve ser interpretado restritivamente (*exceptiones sunt strictissimae interpretationis*). Não se deve ampliá-lo, estendê-lo, ainda que sob pretensas razões de interesse público.

O objetivo do constituinte foi o de limitar as pretensas razões de interesse público que viessem a surgir na vigência da Constituição e que viessem a flexionar o acesso às licitações e contratos administrativos. Logo, em acordo com a parte final do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, não é permitido ao legislador formular exigências que condicionam o acesso às licitações e aos contratos administrativos que não sejam de natureza técnica e econômica e que não sejam indispensáveis a avaliar se o licitante terá condições de efetivamente cumprir o contrato.

Dizendo de outra forma, o Constituinte houve por bem impedir que o legislador erga barreiras à participação em licitação de interessados capazes de satisfazer o interesse público, sob a escusa de exigências que não guardem relação de pertinência direta com a contratação pública, admitindo apenas, repita-se, as de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O constituinte buscou franquear amplo acesso aos interessados na licitação pública, universalizando a competição, evitando que ela se transformasse numa gincana de documentos e de formalidades. Deve-se exigir documentos e tudo quanto for pertinente à qualificação técnica e econômica, porém somente no tocante ao indispensável à garantia do cumprimento do futuro contrato. O que fugir disto é inconstitucional.

Sabe-se que há normas constitucionais que protegem as pessoas com deficiência e aprendizes e sabe-se que o Direito não se interpreta em tiras. Justamente porque não se interpreta em tiras é que as normas constitucionais que protegem as pessoas com deficiência e os aprendizes não devem

ser tomadas como absolutas e sem limites, como se qualquer outra norma constitucional tivesse que se curvar ou ceder a elas.

Há limites para todas as normas e os limites mais fortes são os prescritos na própria Constituição Federal para situações específicas, como é o caso da parte final do inciso XXI do artigo 37. Goste-se ou não, trata-se de regra constitucional que deve ter o mínimo de eficácia.

(...)

Essa desproporção se acentua ainda mais a depender das atividades empresariais. Por exemplo, em relação às empresas que prestam serviços de segurança e vigilância, os seus empregados, por exigência legal,⁷ precisam atender a requisitos de aptidão física, de modo que, salvo situações bem excepcionais, pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social não são aptos a ocupar tais postos de trabalho – a própria segurança deles estaria em risco. Portanto, para tais empresas, os percentuais legais são mais e mais desproporcionais.

A violação ao princípio da proporcionalidade é, a depender do caso, ainda mais latente em relação à contratação de aprendizes. Isso porque é corrente que as empresas, especialmente as de terceirização de serviços, não consigam alocar os aprendizes nos contratos firmados com os seus clientes, notadamente com a Administração Pública.

Sucede que os órgãos e entidades da Administração Pública não costumam prever nem autorizar em edital a contratação de aprendizes, apenas de profissionais. As licitantes, por força do princípio da vinculação ao edital, não podem oferecer propostas com aprendizes, sob pena de serem desclassificadas. Por isso não atendem às cotas de aprendizes.

A situação é kafkiana e desenhada *venire contra factum proprium*, que indica violação ao princípio da boa-fé objetiva e representa comportamento vedado pelo Direito. O mesmo Estado que não admite nos seus editais aprendizes penaliza as empresas porque elas não contratam aprendizes no percentual que lhes é exigido, impedindo que elas tenham acesso às licitações e aos contratos administrativos. Isso é contraditório e não faz o mínimo sentido!

A gênese da desproporcionalidade reside no fato de o percentual exigido de aprendizes ser calculado sobre o total de empregados das empresas e não sobre as vagas em que elas conseguem alocar aprendizes. A proporcionalidade demanda que o percentual seja calculado sobre a quantidade de empregados alocados nos setores administrativos e em vagas em que é possível às empresas contratar aprendizes – ou seja, não dependentes da vontade dos seus clientes, sobre as quais as empresas não dispõem.

Sem a interpretação conforme, a desproporção grita aos olhos. Supõe-se uma empresa de terceirização de serviços com vinte mil empregados. Ela teria que contratar um exército de cerca de mil aprendizes e alocá-los em setores internos administrativos. A questão é que os custos com esse exército de aprendizes e com a estrutura necessária para recebê-los inviabilizaria as atividades das empresas e lhes retiraria o potencial competitivo, em afronta ao princípio da livre iniciativa consagrado no artigo 170 da Constituição Federal e o consequente direito das empresas de autodeterminação dos seus meios de produção.

A interpretação conforme ao princípio da proporcionalidade é para que o percentual reservado para os aprendizes seja calculado sobre as vagas em que as empresas podem contratar aprendizes. Repita-se que, se o edital de licitação não prevê aprendizes, as empresas não podem contratá-los. A contratação não depende, portanto, da vontade das empresas."

Ainda que, particularmente, ousemos discordar de algum ponto de vista do ilustre doutrinador, é preciso reconhecer que a novidade da lei tem trazido dificuldades à Administração e às empresas que pretendem continuar participando regular e ativamente dos certames. As novas exigências, elevadas a condições de habilitação, precisarão ser melhor assimiladas, por todos os envolvidos no processo de contratação."

7. Seguimos, pela coerência, a mesma linha defendida por ocasião da manifestação acima (doc. nº 3169354). Nada obstante, teceremos, ainda, breves considerações.

8. Importante anotar que, consoante trazido na condição 12.1.1, "e", do ato convocatório, **a lei exige, nesse momento, apenas a declaração do licitante.**

8.1. Sendo assim, para o cumprimento da citada condição, adota-se, até então, a mera declaração de todas as concorrentes, **via sistema**, do

atendimento à exigência. Habilitam-se, desta forma, **em sentido estrito**, no quesito em baila (*atendimento da cota de reserva para aprendizes*).

8.2. Não se exige, nem se exigiu, *in casu*, a apresentação de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, até porque, repisemos, a documentação não se constitui em prova absoluta do cumprimento das cotas. Neste ponto, julgamos necessário destacar as seguintes informações:

"2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. **Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.**

3. **Os dados das certidões são atualizados diariamente.** A presente certidão reflete a situação do empregador em XXXXXX. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados."

8.2.1. Ademais, ao entender que a citada Certidão, por si só, não se prestará à comprovação inequívoca do quesito em baila, não vislumbramos como prosperar a alegação de *declaração falsa*. A fragilidade do teor do documento, a nosso ver, compromete a possibilidade da efetiva punição a quaisquer uma das empresas que tenha incorrido em semelhante situação.

9. A essa altura, cumpre ressaltar que a presente situação difere daquela analisada mediante Parecer nº 654/2024 (doc. nº 3120494), no qual opinamos pela inabilitação da CEB SEGURANÇA LTDA. Para além da certidão indicando o não atendimento do percentual mínimo exigido em lei, a própria Recorrida afirmou do desatendimento e refutou a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes no seu ramo de atuação, quando, sabidamente, a norma não faz esta ressalva, exceto para menores de 21 (vinte um anos) anos. Ali, repetimos, foi cabalmente admitido, pela empresa, o descumprimento da obrigação legal.

9.1. Aqui, estamos diante de empresa que apresentou o preço mais vantajoso para a Administração (*menor preço*) e, na fase de habilitação, comprovou o atendimento a todas as condições editalícias, inclusive no tocante ao preenchimento da cota legal de menor aprendiz.

10. Ante todo o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA (doc. nº 3180354) contra a decisão do Pregoeiro, que, no Pregão Eletrônico 90054/2024 (doc. nº 3129464) habilitou e declarou vencedora a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSES.D.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 30/12/2024, às 10:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3181298** e o código CRC **C59D7116**.

0018116-97.2022.6.05.8000

3181298v18



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0018116-97.2022.6.05.8000
INTERESSADO : ASSEGIN
ASSUNTO : Homologa Pregão **90026/2024**

DECISÃO nº 3182230 / 2025 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de análise da regularidade de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para *contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia*, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90026/2024 (doc. n.º 3013037).
2. Realizada a sessão pública, de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. (doc. n.º 3180354), contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a licitante ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., como vencedora do certame, bem como de contrarrazões pela empresa recorrida (doc. n.º 3180401).
3. Após análise das peças recursais, o Pregoeiro designado manifestou-se pela improcedência do recurso (doc. n.º 3180666).
4. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), opinou pela improcedência do recurso, conforme Parecer n.º 734/2024 (doc. n.º 3181298), cujos trechos destacamos:

[...]

2. Sustenta a Recorrente, em síntese, que a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA deverá ser desclassificada do certame, em razão de ter apresentado declaração falsa, no que diz respeito ao atendimento da *cota para menor aprendiz*, e, conseqüentemente, deverá ser punida com a sanção de *declaração de inidoneidade*.[..]

3. Em sede de contrarrazões, a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA refutou as alegações da Recorrente, [...]

4. Por sua vez, o Pregoeiro defendeu que "*o recurso não merece provimento, uma vez que a questão levantada não enseja a desclassificação da empresa vencedora*", reiterando, ao final, o posicionamento já adotado durante a condução do certame, merecendo reproduzir o seguinte *excerto* (doc. n.º 3180666):

"Com relação ao assunto em tela, quando da habilitação da ALFORGE SEGURANCA, através

d o chat do sistema de compras, nos manifestamos nos seguintes termos:

"Sobre o tema, a Lei nº 14133/2021 traz:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas."

Considerando que, conforme previsão legal, o envio dos documentos de habilitação será exigido da licitante detentora da melhor oferta apenas após a aceitação da sua proposta, não há como se verificar qual a situação da empresa antes da fase habilitatória.

O momento de verificação da documentação das empresas é após o exame das propostas.

Entendemos, portanto, que não há o que se falar em favorecimento, uma vez que a situação posta decorre dos trâmites previstos na norma."

Na oportunidade, reiteramos o entendimento exposto acima, no sentido de que não há obrigatoriedade legal de se verificar, antes da aceitação da proposta, os documentos de habilitação das licitantes. Basta dizer que existem 19 empresas participando do certame, dentre as quais a recorrente, e só saberemos a situação de cada uma caso tenhamos que analisar suas propostas."

[...]

5. Corroboramos o posicionamento do Pregoeiro, ora sintetizado na parte final do doc. nº 3180666, acima reproduzida.

6. Decerto, a questão da *reserva de cota para aprendizes*, bem como as demais inovações do artigo 92, XVII, da Lei nº 14133/2021, ainda trazem alguma dificuldade no curso das

licitações, merecendo certa cautela e ponderação no momento de análise e julgamento dos certames, sobretudo em face dos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

[...]

8. Importante anotar que, consoante trazido na condição 12.1.1, "e", do ato convocatório, **a lei exige, nesse momento, apenas a declaração do licitante.**

8.1. Sendo assim, para o cumprimento da citada condição, adota-se, até então, a mera declaração de todas as concorrentes, **via sistema**, do atendimento à exigência. Habilitam-se, desta forma, **em sentido estrito**, no quesito em baila (*atendimento da cota de reserva para aprendizes*).

8.2. Não se exige, nem se exigiu, *in casu*, a apresentação de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, até porque, repisemos, a documentação não se constitui em prova absoluta do cumprimento das cotas. Neste ponto, julgamos necessário destacar as seguintes informações:

"2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. **Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.**

3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em XXXXXX. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados."

8.2.1. Ademais, ao entender que a citada Certidão, por si só, não se prestará à comprovação inequívoca do quesito em baila, não vislumbramos como prosperar a alegação de *declaração falsa*. A fragilidade do teor do documento, a nosso ver, compromete a possibilidade da efetiva punição a quaisquer uma das empresas que tenha incorrido em semelhante situação.

9. A essa altura, cumpre ressaltar que a presente situação difere daquela analisada mediante Parecer nº 654/2024 (doc. nº 3120494), no qual opinamos pela inabilitação da CEB SEGURANÇA LTDA. Para além da certidão indicando o não atendimento do percentual mínimo exigido em lei, a própria Recorrida afirmou do desatendimento e refutou a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes no seu ramo de atuação, quando, sabidamente, a norma não faz esta ressalva, exceto para menores de 21 (vinte um anos) anos. Ali, repetimos, foi cabalmente admitido, pela empresa, o descumprimento da obrigação legal.

9.1. Aqui, estamos diante de empresa que apresentou o preço mais vantajoso para a Administração (*menor preço*) e, na fase de habilitação, comprovou o atendimento a todas as condições editalícias, inclusive no tocante ao preenchimento da cota legal de menor aprendiz.

10. Ante todo o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA (doc. nº 3180354) contra a decisão do Pregoeiro, que, no Pregão Eletrônico 90054/2024 (doc. nº 3129464) habilitou e declarou vencedora a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

5. Deste modo, lastreado no Parecer n.º 734/2024 da ASJUR1 (doc. n.º 3181298), cujas razões adoto e passam a integrar a presente decisão, com base no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **julgo improcedente o recurso** interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. e **mantenho a decisão do Pregoeiro** que declarou a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. vencedora do certame.

6. No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSESD (doc. n.º 3181997), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ 13.343.833/0004-40, pelo valor total negociado de **R\$14.399.990,18 (quatorze milhões, trezentos e noventa e nove mil novecentos e noventa reais e dezoito centavos)** e **HOMOLOGO** o **Pregão Eletrônico n.º 90026/2024**, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato.

7. Isso posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- à SOF, para emissão de empenho;
- à SGA, para formalização do ajuste; e
- à ASSGPRE, para conhecimento, sugerindo-se o envio deste processo à ASSEGIN, para acompanhamento e providências em sua área de atuação, sobretudo diante da proximidade do vencimento do contrato vigente e da necessidade de promoção de tratativas junto à empresa vencedora da disputa.

8. Ressalte-se a **necessidade de máxima prioridade na tramitação dos autos**.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral

0018116-97.2022.6.05.8000 3181998v29



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 02/01/2025, às 15:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3182230** e o código CRC **D3264FA0**.

0018116-97.2022.6.05.8000

3182230v13